

Quem disse ?

«Não se pode acusar o Estado por ter chovido muito. Mas pode-se responsabilizar Governos e autarquias pela ausência de uma política de ordenamento do território»

Manuel Alegre
Expresso, 10 de Fevereiro



Director **Fernando de Sousa** • Director-adjunto **José Manuel Viegas**
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



PS/Congresso

Guterres prepara moção

António Guterres terminou ontem uma série de reuniões com personalidades independentes da sociedade civil com vista à preparação da moção que vai apresentar no próximo Congresso Nacional do PS.

Nos encontros com o secretário-geral do PS estiveram presentes diversas individualidades de renome da cultura e da universidade, empresários e jovens quadros, entre as cerca de 40 a 50 pessoas que participaram em cada uma das reuniões de trabalho.

Guterres pretendeu que esta fase de contactos com a sociedade civil se processasse com a maior discrição, inclusive por atenção aos participantes, muitos dos quais «não têm nada a ver com a política, nem com cargos políticos, mas têm as suas ideias».

O objectivo do secretário-geral foi ouvir opiniões qualificadas de pessoas de diversas áreas fora do partido, mantendo a orientação de abertura aos independentes que esteve na base dos «Estados Gerais da Nova Maioria».

Por isso, em cada uma das reuniões, António Guterres fazia uma intervenção de abertura, mas depois deixava que o debate se desenvolvesse livremente, para ouvir as ideias de cada um.

É por isso possível que alguns dos temas que foram debatidos nos encontros venham a constar da moção de estratégia que vai levar ao Congresso do PS (30, 31 de Março e 1 de Abril) e que será entregue amanhã na sede nacional do partido.

Terminadas as reuniões, Guterres deverá concluir a elaboração da moção, a qual será apresentada por si mesmo numa declaração à imprensa prevista, também para amanhã a meio da tarde, depois de um almoço com os líderes das federações do Partido Socialista.

NEGOCIAÇÕES PARA A CONCERTAÇÃO SOCIAL VITÓRIA DE TODOS

As negociações para a concertação social terminaram esta semana com acordos que visam ultrapassar o atraso estrutural do País na área da formação profissional e prevenção de acidentes de trabalho.

Equipar todas as escolas e jardins-de-infância com material informático, apoiar a utilização pedagógica da Internet, criar um site de oferta de serviços por desempregados e reforçar a fiscalização das áreas laborais com maior incidência de sinistros são algumas das tarefas previstas para curto e médio prazos.

António Guterres saudou o empenhamento de todos os parceiros sociais nos acordos assinados, no âmbito deste processo de diálogo, rejeitando a ideia de que tenha havido agora uma «dádiva» do Estado às empresas, para formação profissional.



Política

Abertura do Ano Judicial Sampaio defende criação de tribunais de bairro



O Presidente da República defendeu no dia 8 a aplicação rápida e severa das penas já existentes, em vez do seu agravamento, e propôs a criação de tribunais de bairro dirigidos à criminalidade de rua.

Sociedade & País

Semana de avaliação Portugal Digital na mira



Avaliar o estado da Sociedade da Informação e dar a volta ao Portugal Digital foram as metas traçadas para a iniciativa do primeiro-ministro, António Guterres, que, entre os dias 4 e 8 deste mês, envolveu 11 ministérios.



Combate ao atraso estrutural

Um passo decisivo no combate ao atraso estrutural foi dado na passada semana com a assinatura do acordo de concertação «sobre política de emprego, mercado de trabalho, educação e formação» com incidência de médio/longo prazo e que foi negociado durante 10 meses, por grupos de trabalho definidos em sede de Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS) - é uma comissão do Conselho Económico e Social (CES) tripartida e paritária que integra o Governo, associações sindicais e associações patronais. Para António Guterres, a assinatura deste acordo a par de um outro, também assinado no mesmo dia, sobre «condições de trabalho, higiene e segurança no trabalho e combate à sinistralidade», é um passo mobilizador dos parceiros sociais que permitem à sociedade portuguesa vencer os desafios que se lhe colocam ao nível da falta de qualificação das pessoas e da sinistralidade no trabalho.

A questão central que se coloca hoje ao País é o de ultrapassar o atraso estrutural, elevar o nível de qualificação da sua população activa e aumentar o nível de produtividade. Para o primeiro-ministro, é urgente vencer este atraso estrutural, «mas fazê-lo de uma forma humanizada, num espírito de solidariedade e de coesão nacionais, eis a questão essencial que a todos, Governo e parceiros sociais, se põe como dever de trabalhar em conjunto, na expressão dos seus pontos de vista e das suas divergências, mas no mesmo entendimento que é o de servir o mesmo país que os une».

Na sua intervenção, Guterres sublinhou a importância de superar naturais divergências entre os diferentes parceiros sociais para que se encontrem formas de trabalho em comum. Salientando o empenhamento do Governo no alargamento da formação e da educação a todos, Guterres recordou que, acima dos 25 anos, apenas 20 por cento dos portugueses têm o ensino secundário ou superior, «o que é uma diferença radical em relação aos outros países europeus». Apostado no combate pela qualificação profissional dos portugueses lembrou que a escolaridade não chegava a atingir a totalidade das crianças com 12 anos quando chegou ao Governo, em 1995, e é agora de praticamente 100 por cento até aos 15 anos. Guterres lamentou que, apesar desta evolução positiva, ainda haja 50 mil jovens entre os 15 e os 18 anos que têm apenas o 9º ano, sem mais nenhuma qualificação, o que eleva a importância e o significado dos acordos agora assinados.



GOVERNO AD E PATRONATO BLOQUEIAM NEGOCIAÇÃO COLECTIVA

No canto inferior esquerdo da primeira página do «Acção Socialista» de 17 de Fevereiro de 1983 chamava-se a atenção dos leitores para um suplemento destacável dedicado a um extenso documento da FETESE sobre a negociação colectiva.

No documento da FETESE, acusava-se o Governo da AD e o patronato de bloquearem em todo o país a negociação colectiva.

Em destaque nesta edição as primeiras Jornadas Culturais de Expressão Hispano-Portuguesa, promovidas em Lisboa Fundação de Relações Internacionais, que foram encerradas pelo líder do PS, camarada Mário Soares.

«Recusemos sem complexos o hegemonismo cultural mas não o diálogo», afirmava Mário Soares.

Por outro lado, numa das páginas dedicadas ao trabalho e sindicalismo, podia ler-se uma extensa reportagem sobre o Encontro do Sector Nacionalizado e Participado do Estado promovido pela UGT.

J. C. C. B.

17 de Fevereiro

Quem disse?

«Sem partidos prestigiados e que funcionem em termos democráticos não há democracia possível»

Mário Soares



Parabéns «Avante!»

O «Avante», órgão oficial do PCP, está de parabéns. São 70 anos de vida, por vezes em condições bem difíceis, como foi o caso dos tempos da luta contra a ditadura fascista, em que era impresso em tipografias clandestinas e distribuído por dezenas de

militantes.

Em 70 anos o jornal é o espelho fiel do partido e das posições das diversas direcções do PCP ao longo deste período tão conturbado e rico da nossa história. Que venham, pelo menos, mais 70 anos de «Avante!».

UGT abre 50 centros de apoio e informação aos imigrantes

A União Geral dos Trabalhadores (UGT) abriu na passada segunda-feira mais de 50 centros em todo o país para informação e apoio aos imigrantes ilegais que queiram recorrer ao processo de legalização em curso.

O secretário-geral da UGT, João Proença, anunciou que a central sindical se vai «envolver seriamente» no processo de legalização dos imigrantes ilegais.

Segundo disse, além da abertura dos centros, a partir de dia 18, todos os domingos, um autocarro circulará pelos bairros onde se supõe existirem mais imigrantes, para ser dado apoio e informação sobre o processo.

Um folheto começará a ser distribuído com a abertura dos centros de informação, que funcionarão com pessoas que receberam formação específica para o efeito, num seminário que contou com a presença de

representantes das várias entidades envolvidas (inspecção do trabalho, segurança social, serviço de estrangeiros e fronteiras, alto comissariado para as minorias étnicas, entre outras).

Os centros, quatro dos quais funcionarão no distrito de Santarém (dois em Santarém, um em Tomar e outro no Entroncamento, cidade onde se supõe existirem muitos ilegais a trabalhar em pequenas empresas do ramo da construção civil), estarão abertos pelo menos 15 horas por semana e nos grandes centros urbanos também aos sábados.

O secretário-geral da UGT disse que a central estará atenta à regulamentação do decreto-lei que permitiu dar início à legalização dos ilegais, querendo abordar, por exemplo, as soluções para os trabalhadores que não têm sequer contrato de trabalho.

Imigrantes ilegais

Número de contribuinte em todas as repartições

Os trabalhadores estrangeiros em processo de legalização em Portugal podem, desde a passada Segunda-feira, dia 12, requerer a emissão de um número de contribuinte em qualquer das 374 repartições de finanças do País apenas com o bilhete de identidade ou passaporte.

A orientação escrita do director-geral dos Impostos, Nunes dos Reis, para que os serviços de finanças aceitem o pedido dos imigrantes apenas com a apresentação do bilhete de identidade ou passaporte «segue hoje (dia 9) por e-mail para todas as repartições do País», disse João Durão, assessor de Nunes dos Reis.

Na quinta-feira, dia 8, em declarações à

Imprensa, o director-geral de Impostos tinha referido que já tinham sido «dadas instruções, que já estavam em preparação, para que imediatamente qualquer cidadão estrangeiro» pudesse obter o número de contribuinte, «não sendo obrigatório que seja previamente detentor de contrato de trabalho».

Nunes dos Reis reagiu assim a declarações feitas pelo delegado sindical do sector Fernando Rocha - a propósito de alegadas dificuldades na obtenção do número de contribuinte por parte dos imigrantes ilegais que estão em processo de legalização em Portugal e que só conseguiam obter o número de identificação fiscal no antigo oitavo bairro fiscal de Lisboa.

IEFP: Número de desempregados inscritos cai 3,2 por cento

O número de desempregados inscritos nos centros de emprego do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) caiu 3,2 por cento, em Janeiro e face a igual mês do ano passado, para 338.843 pessoas.

A tendência de quebra homóloga do números de inscritos nos centros do IEFP manteve-se pelo 49º mês consecutivo.

Registaram-se descidas em todas as regiões de Portugal continental, com destaque para o Algarve, onde o número de inscritos baixou 9,8 por cento.

O número de desempregados jovens reduziu-se em 8,4 por cento, o de indivíduos do sexo masculino em 5,3 por cento e o de desempregados de longa duração em 4,7 por cento.

VITÓRIA DE TODOS

As negociações para a concertação social terminaram esta semana com acordos que visam ultrapassar o atraso estrutural do País na área da formação profissional e prevenção de acidentes de trabalho.

Equipar todas as escolas e jardins-de-infância com material informático, apoiar a utilização pedagógica da Internet, criar um site de oferta de serviços por desempregados e reforçar a fiscalização das áreas laborais com maior incidência de sinistros são algumas das tarefas previstas para curto e médio prazos. António Guterres saudou o empenhamento de todos os parceiros sociais nos acordos assinados, no âmbito deste processo de diálogo, rejeitando a ideia de que tenha havido agora uma «dáviva» do Estado às empresas, para formação profissional.

O primeiro-ministro considerou, no dia 9, em Lisboa, que os parceiros «têm bem a consciência da importância de superar naturais divergências para que se encontrem formas de trabalho em comum» que permitam à sociedade portuguesa vencer os desafios que se lhe colocam a nível da falta de qualificação das pessoas e da sinistralidade no trabalho.

Guterres falava, na passada sexta-feira, no final da ronda de negociações com os parceiros sociais, um processo de dez meses que culminou com a obtenção de um conjunto de acordos significativos e de compromisso entre ambas as partes.

«Para o Governo, a concertação social não pode ser nunca um instrumento de combate, propaganda ou de manipulação política», frisou o chefe do Executivo PS, acentuando que «a questão central que se coloca ao País é o seu atraso estrutural, o muito baixo nível de qualificação da sua população activa e o seu reduzido nível de produtividade no contexto europeu».

«Vencer este atraso estrutural, mas fazê-lo de uma forma humanizada, num espírito de solidariedade e de coesão nacionais, eis a questão essencial que a todos, Governo e parceiros sociais, se põe como dever de trabalhar em conjunto, na expressão dos seus pontos de vista e das suas divergências, mas no mesmo entendimento que é o de servir o mesmo País que os une», afirmou Guterres.

O primeiro-ministro, que estava ladeado pelos ministros e secretários de Estado que participaram na concertação social, recordou que, acima dos 25 anos, apenas 20 por cento dos portugueses têm o ensino secundário ou superior, «o que é uma diferença radical em relação aos outros países europeus».



Lembrando que a escolaridade não chegava a atingir a totalidade das crianças com 12 anos quando chegou ao Governo, em 1995, e é agora de praticamente 100 por cento até aos 15 anos, Guterres lamentou que, apesar desta evolução positiva, ainda haja 50 mil jovens entre os 15 e os 18 anos que têm apenas o 9º ano, sem mais nenhuma qualificação.

Relativamente aos acidentes de trabalho, recordou que provocam todos os anos a morte de 200 trabalhadores portugueses e seis a oito mil no conjunto dos países europeus.

Questionado sobre este assunto, o primeiro-ministro rejeitou a ideia de que tenha havido agora qualquer «dáviva» do Estado às empresas no que respeita às acções de

formação.

«Vai é haver uma conjugação de esforços com esse objectivo por parte do trabalhador (que quer formar-se e dá o seu esforço pessoal), da empresa (que vê acrescidos alguns dos seus custos) e do Estado (que dá um apoio, como sempre tem dado, à formação profissional)», explicou.

«Não existe em relação a isso nenhuma novidade, não há nenhuma dáviva, mas uma conjugação de esforços em que cada um dá o seu contributo», reiterou.

Computadores para todas as escolas e infantários

No âmbito do acordo de concertação social «sobre política de emprego, mercado de

trabalho, educação e formação», o Executivo prometeu colocar equipamento informático em todas as escolas da rede pública e jardins-de-infância.

A promessa não tem metas temporais, mas outra promessa, de ligar em rede, até ao fim deste ano, todas as escolas do primeiro ciclo do ensino básico e todos os centros de formação de professores, supõe que os estabelecimentos de ensino sejam dotados de meios informáticos durante 2001.

Estas promessas estão incluídas no último capítulo do acordo, inteiramente dedicado às tecnologias de informação.

O Governo aponta, também, como metas para esta área, alcançar um rácio de um computador por cada 20 alunos, em 2003, e de um computador por cada dez alunos, em 2006, isto, nas escolas com 3º ciclo de ensino básico.

As escolas serão dotadas de «conteúdos multimédia educativos» e será dado «apoio sistemático a iniciativas de incentivo à utilização pedagógica da Internet».

Para que isto seja possível, será dada «formação técnica e pedagógica» aos professores do ensino básico e secundário, para a «utilização, em contexto pedagógico, de equipamento informático em uso nas escolas».

Nas áreas específicas do emprego e formação, preparou-se um diploma de competências básicas em tecnologias de informação, assim como a implantação de um sistema de certificação de competências em tecnologias de informação, para fins profissionais.

Outra ideia é abrir o site do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) na Internet a todos os desempregados, permitindo-lhes a criação de páginas pessoais, com apresentação de *curriculum vitae*.

Plano de combate a acidentes e doenças laborais

O Governo socialista comprometeu-se ainda a fazer um plano de intervenção para reduzir os acidentes de trabalho, com especial atenção para as normas de segurança na construção e obras públicas. Estas decisões constam do acordo de concertação «sobre condições de trabalho, higiene e segurança no trabalho e combate à sinistralidade».

O plano de intervenção será definido no prazo de 90 dias e incidirá sobre os «sectores com maior sinistralidade laboral» e terá como objectivo reduzir as doenças profissionais nos sectores «de maior incidência».

Além disto, é prometido o «reforço dos meios e da actividade de fiscalização, com particular intensidade nos sectores mais gravemente afectados pela sinistralidade laboral».

Isto são medidas apontadas como de «curto prazo», complementadas por outras, de médio e longo prazo, como a elaboração, «no prazo máximo de seis meses», de um Plano Nacional de Acção para a Prevenção (ver caixa).

Acordo sobre higiene e segurança no trabalho

Os parceiros sociais assinaram, na passada sexta-feira, um acordo de concertação «sobre condições de trabalho, higiene e segurança no trabalho e combate à sinistralidade».

Principais medidas

- Definição, no prazo de 90 dias, de um plano de intervenção para reduzir os acidentes de trabalho nos sectores de maior sinistralidade e as doenças profissionais nos sectores de maior incidência. Compreende o «estabelecimento ou aperfeiçoamento de normas específicas de segurança no trabalho» na construção e obras públicas e o reforço «dos meios e da actividade de fiscalização».
- Elaboração, no prazo de seis meses, de um Plano Nacional de Acção para a Prevenção (PNAP).
- Reactivação do Conselho Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho (CNHST), criado em 1982 e que se encontra desactivado. As atribuições, composição e estrutura do CNHST serão revistas e será criado um Observatório da Prevenção.
- Reestruturação do IDICT.
- Adopção de um Programa de Adaptação dos Serviços de Prevenção nas Empresas (PASPE). Está previsto a concessão de um prazo de adaptação para as empresas, no quadro de um contrato assinado com o Estado, beneficiando as empresas de apoios, quando «desenvolvam processos de investimento em equipamentos e recursos técnicos, tendo em vista o cumprimento da legislação».
- Promoção de formação profissional de trabalhadores e empregadores em questões de higiene e segurança no trabalho.

SAMPAIO DEFENDE CRIAÇÃO DE TRIBUNAIS DE BAIRRO

O Presidente da República defendeu no dia 8 a aplicação rápida e severa das penas já existentes, em vez do seu agravamento, e propôs a criação de tribunais de bairro dirigidos à criminalidade de rua.

«É preciso que a criminalidade de rua - os vandalismos, os furtos, as agressões - tenha punição rápida e efectiva, para que se crie uma forte consciência de que prevaricar dói e dói logo», sustentou Jorge Sampaio.

A acção ressocializadora ligada à punição «será tanto mais eficaz quanto for levada a cabo com o castigo e acompanhada da certeza de que reincidir dói ainda mais», declarou o Chefe de Estado.

Jorge Sampaio discursava na sessão solene de abertura do Ano Judicial, onde entrevistaram também os responsáveis dos vários poderes que operam no sector da Justiça.

«Importante é que as penas existentes sejam aplicadas - rápida e severamente», frisou Jorge Sampaio, interrogando-se depois sobre se não se deverá instituir «a impossibilidade de suspensão ou de substituição da pena» para os casos ligados à criminalidade de rua.

Valeria a pena também «questionarmo-nos se não deverão ser instituídos tribunais de bairro, com o mínimo indispensável de



instalações e de pessoal, e que se ocupem, exclusivamente, da investigação e do julgamento deste tipo de criminalidade», sugeriu Jorge Sampaio.

Segundo o Presidente da República, «a transferência de meios que uma tal iniciativa comportaria bem poderia ser compensada pela contenção da criminalidade e da insegurança que, com enorme probabilidade, seria conseguida».

Jorge Sampaio realçou, contudo, que já se passou de uma fase em que apenas se falava na crise da Justiça para um tempo onde já se discutem as soluções de reforma do sector.

«Reflexão e debate centram-se, agora, na selecção, em concreto, das medidas e na adequação dos meios para as pôr em prática», observou o Chefe de Estado.

Transferir alguns actos e processos até agora da competência dos tribunais para os solicitadores, notários, conservadores, Ministério Público e julgados de paz foi uma das soluções exemplificadas por Jorge Sampaio.

Por sua vez, o ministro da Justiça, António Costa, esclareceu que a criação de tribunais de bairro, proposta pelo Presidente da República, nada tem a ver com os «mecanismos de justiça popular de

inspiração cubana».

Na sua opinião, o que o PR pretendeu dizer é que a criação dos tribunais de bairro podem ser úteis para «combater e reprimir aquele pequeno crime de rua e que a justiça seja prestada o mais próximo possível da comunidade».

Relativamente a este tipo de criminalidade, António Costa sublinhou que o governo acredita que há dois instrumentos fundamentais: os julgados de paz e os tribunais de pequena instância criminal.

O titular da pasta da Justiça, que falava no final da sessão solene do novo Ano Judicial, recordou que o Executivo socialista apoia o projecto do PCP que já se encontra em debate na especialidade e que, no âmbito dos tribunais de pequena instância criminal, foi inaugurado há dias um deles em Loures. A ideia do Ministério da Justiça é abrir um tribunal deste tipo em «cada uma das comarcas da área metropolitana de Lisboa e Porto» e alargar a iniciativa a outros pontos. Notou que não está nos planos do governo mexer no Código de Processo Penal este ano, tanto mais que este foi «profundamente alterado» recentemente para dar acolhimento a uma série de medidas com vista a simplificar e a acelerar a justiça penal. O ministro falou ainda do reforço de meios humanos e materiais nos tribunais, destacando que cem novos juizes-auxiliares vão entrar brevemente em funções, havendo ainda o contributo de juizes jubilados que estão a auxiliar o combate às pendências.

FOSSO ENTRE RICOS E POBRES NÃO PÁRA DE SE CAVAR

O Presidente da República afirmou no dia 9 que «vivemos num mundo em que o fosso entre ricos e pobres não pára de se cavar», acrescentando que «a extrema pobreza e o crescimento chocante das desigualdades são problemas para todos nós».

Jorge Sampaio considerou o combate contra o tráfico de seres humanos como um dos «desafios prioritários» a enfrentar nos próximos anos pela comunidade internacional.

O chefe de Estado discursava na tradicional cerimónia de apresentação de cumprimentos de Ano Novo por parte do Corpo Diplomático acreditado em Portugal, que decorreu no Palácio de Mafra.

Há «uma série de questões que a todos afectam, mas que nenhum Estado pode, individualmente, resolver e que, talvez por

isso, se vêm de ano para ano agravando, sem que para elas se vislumbre verdadeira solução» num ambiente de globalização, declarou o Presidente da República.

No quadro do combate ao crime organizado, e «para além do tráfico ilegal de estupefacientes e de armas, um outro tipo de tráfico, ainda mais sinistro, tem vindo a ganhar relevo o de seres humanos», afirmou Jorge Sampaio.

«Destinos privilegiados de imigração, os países da União Europeia devem concertar as suas políticas neste domínio, para combater a imigração ilegal e a inaceitável exploração de seres humanos que lhe está associada», declarou o Presidente da República.

No campo da exclusão económica, social e cultural, derivada da crescente desigualdade entre nações e indivíduos, Jorge Sampaio lembrou que se encontram

«milhões de seres humanos, excluídos dos benefícios do desenvolvimento e dos avanços do conhecimento, vivendo sem horizonte de esperança», acrescentando que «cerca de 3 mil milhões de pessoas, quase metade da população mundial, vive com rendimentos equivalentes a dois dólares por dia».

Por isso, salientou, urge «concentrar esforços para aliviar a pobreza e promover a igualdade de oportunidades», através do perdão da dívida dos países mais pobres, do encorajamento da boa governação ou da cooperação em sectores como os da educação, saúde ou formação profissional.

Na área da saúde pública, o Chefe de Estado frisou a necessidade de combater epidemias de doenças infecto-contagiosas como a sida, a tuberculose e a malária, que causam um quarto das

mortes no mundo.

«Só em África, para citar o caso mais grave, são já mais de 25 milhões de pessoas contaminadas como vírus da sida, a maior parte delas na força da vida», disse.

Assim, no caso da sida, o Presidente da República apelou para que «a ciência, em articulação com a indústria, ponha o seu saber ao serviço deste objectivo e que, através de um esforço concertado, a nível internacional, sejam desenvolvidos, com urgência, novos meios de combate» contra esse e outros flagelos.

No que respeita à questão do ambiente, Jorge Sampaio considerou que é «da maior importância» chegar-se a um acordo na Conferência de Bona (em Maio próximo) que permita fazer entrar em vigor o chamado Protocolo de Quioto (sobre redução de gases de estufa).

J. C. CASTELO BRANCO

VERSÃO ELECTRÓNICA DO «DIÁRIO DA REPÚBLICA» COM VALIDADE LEGAL

O Executivo socialista decidiu alterar o regime da publicação, identificação e formulário dos diplomas, no sentido de atribuir relevância jurídica, para todos os efeitos legais, à versão electrónica do «Diário da República».

A medida foi aprovada, no passado dia 7, em Lisboa durante a reunião de Conselho de Ministros.

Assim, o proposta de lei em questão propõe-se alterar a lei n.º 74/98, de 11 de Novembro, para atribuir plena validade jurídica à versão electrónica do «Diário da República», passando a ser esta a data a partir da qual se determina a entrada em vigor dos diplomas legais.

Esta inovação integra-se no Programa do XIV Governo Constitucional, no âmbito do qual se inclui o objectivo de desenvolver a sociedade da informação e promover a generalização do uso da Internet, criando os meios necessários – tecnológicos e jurídicos – à concretização desse fim.

Neste sentido, o facto de se atribuir total relevância jurídica à versão electrónica do «Diário da República» contribui para a prossecução deste fim, uma vez que, seguramente, a maioria dos actuais assinantes da versão do «Diário da

República» em suporte papel apenas mantém essa opção por esta ser a única versão que tem valor jurídico.

Por outro lado, a inovação proposta não tem custos acrescidos para os utilizadores, visto que apenas se exige o pagamento da assinatura, tal como acontece para a versão em suporte papel.

Pelo contrário, garantindo-se total relevância jurídica à versão electrónica, é provável que os utilizadores optem por manter apenas a assinatura via Internet, evitando-se uma duplicação de gastos.

Do ponto de vista técnico, e para evitar uma eventual diminuição da certeza e segurança jurídicas inerentes à existência de uma nova data de referência – a de publicação na Internet – adopta-se uma solução segundo a qual a data do «Diário da República», relevante para todos os efeitos legais, corresponde exactamente à da publicação por via electrónica, eliminando-se, dessa forma, os suplementos.

Deste modo, a data da disponibilização do «Diário da República» na Internet passa a ser a única data juridicamente relevante, sendo também essa a data impressa na versão de suporte papel do «Diário da República».

APOIO À RECUPERAÇÃO DE FOGOS ALARGADO A MUNICÍPIOS E COOPERATIVAS

O programa SOLARH, que apoia a realização de obras em habitações de «agregados familiares de fracos recursos económicos», foi alargado aos fogos propriedade dos municípios, instituições particulares de segurança social e cooperativas de habitação e construção. Uma medida que é de saudar, uma vez que o mercado, ainda por cima distorcido com a intolável especulação imobiliária, nunca pode ser a solução para numerosos agregados familiares de fracos recursos. O papel do Estado no domínio da habitação é insubstituível.

De acordo com o decreto-lei 39/2001, publicado em «Diário da República», o objectivo é reabilitar o parque habitacional e criar condições que permitam estimular a colocação no mercado de arrendamento de inúmeros fogos devolutos de que são proprietárias estas entidades.

«Não só se visa facultar aos proprietários abrangidos os meios necessários à reposição das condições mínimas de

habitabilidade e salubridade das habitações, como se pretende favorecer o aumento da oferta de habitações para arrendamento com valores moderados de renda que sejam compatíveis com os rendimentos de estratos sociais de menor rendimento», refere-se no documento.

O apoio financeiro prestado ao abrigo deste programa consiste num empréstimo sem juros, que pode apenas ser concedido uma vez por habitação, até ao valor máximo de 2400 contos (12 mil euros), desde que esta seja propriedade de um ou mais membros do agregado familiar há, pelo menos, cinco anos.

Segundo o decreto-lei, «os fogos devolutos objecto de apoio financeiro devem ser atribuídos em arrendamento no prazo máximo de quatro meses a contar da data de conclusão das obras financiadas».

Caso o proprietário não arrende a habitação, esta deve ser arrendada à pessoa que lhe for indicada pelo Instituto Nacional de Habitação (INH) ou pelo município.

O Conselho de Ministros aprovou:

- Ratificar o acordo sobre condições de trabalho, higiene e segurança no trabalho e combate à sinistralidade e o acordo sobre política de emprego, mercado de trabalho, educação e formação a que se chegou na Comissão Permanente de Concertação Social;
- Uma proposta de lei que altera a lei que aprova o regime da publicação, identificação e formulário dos diplomas, no sentido de atribuir relevância jurídica para todos os efeitos legais à versão electrónica do Diário da República;
- Um decreto-lei que institui a obrigatoriedade de as entidades empregadoras que tenham número igual ou maior que dez trabalhadores ao seu serviço procederem à declaração das remunerações dos mesmos em suporte digital ou através de Internet, nos serviços do Sistema de Solidariedade e Segurança Social;
- Um decreto-lei que estabelece regras em matéria de alienação a título gratuito de equipamento informático pelos organismos da Administração Pública no quadro dos respectivos processos de reequipamento e actualização de material informático;
- Um decreto-lei que cria o Diploma de Competências Básicas em Tecnologias da Informação;
- Uma resolução que prevê a avaliação dos sites (sítios) na Internet de organismos integrados na administração directa e indirecta do Estado;
- Uma resolução que determina a constituição de um sítio na Internet onde sejam publicitados os concursos de pessoal por parte de organismos públicos e de outro sítio para a publicitação de oferta de emprego científico e tecnológico, conferindo mandatos a membros do Governo para a respectiva implementação;
- Uma resolução que determina a publicitação e discussão pública do relatório sobre aquisição de bens por via electrónica pela Administração Pública;
- Um decreto-lei que estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de pneus e pneus usados;
- Um decreto-lei que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha selectiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Vale do Douro Sul e constitui a concessionária do sistema;
- Um decreto-lei que constitui a sociedade Coimbra Polis, SA, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Coimbra, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos;
- Uma proposta de lei que altera o diploma que aprovou a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas;
- Um decreto-lei que aprova o regime jurídico da prevenção e controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substâncias perigosas, transpondo para a ordem jurídica interna a respectiva legislação comunitária;
- Um decreto-lei que aprova a orgânica das Direcções Regionais do Ambiente e do Ordenamento do Território (DRAOT);
- Um decreto-lei que altera a Lei Orgânica do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência, aprovada pelo decreto-lei n.º 43/94, de 17 de Fevereiro, e com as alterações introduzidas pelo decreto-lei n.º 67/95, de 8 de Abril;
- Um decreto-lei que aprova o Regulamento de Taxas do Instituto Marítimo-Portuário;
- Um diploma que estabelece as escalas salariais das carreiras e categorias previstas no decreto regulamentar n.º 17/91, de 11 de Abril, em conformidade com o disposto no decreto-lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, na redacção dada pela lei n.º 44/99, de 11 de Junho;
- Uma resolução que delega no ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, a competência para proceder à adjudicação, autorizar a realização da despesa e aprovar a minuta do contrato no âmbito do concurso público internacional para a empreitada de Construção do Túnel Odelouca – Funcho;
- Uma resolução que cria uma estrutura para a coordenação do desenvolvimento do Sistema Logístico Nacional, através de um grupo de missão, e dinamiza e assegura a articulação com a Comissão Permanente para o Desenvolvimento da Logística e do Transporte Combinado, prevista no artigo 16º do decreto-lei n.º 129/2000, de 13 de Julho;
- Uma resolução que ratifica parcialmente o Plano de Urbanização de Vagos;
- Uma resolução que altera a composição da Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais;
- Uma resolução que nomeia Nuno Castelo Gonçalo Vitorino para presidente da Missão para a Organização e Funcionamento da Administração do Estado;
- Uma resolução que substitui os vogais da comissão para a revisão da situação de militares na reserva ou na reforma a que se refere o artigo 5º da lei n.º 43/99, de 11 de Junho, coronéis Manuel Urbano Moreira Dias e Joaquim Manuel Correia Bernardo pelos coronéis Luciano Ferreira Duarte e António Manuel Duarte Botelho, respectivamente.

PELO PAÍS

Governança Aberta

AMBIENTE

O ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, José Sócrates, assistiu, no dia 12, ao início da construção do Aterro Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos de oito concelhos do Baixo Alentejo, localizado perto de Beja.



A cerimónia de lançamento da primeira pedra das obras, cuja conclusão está prevista para o Verão deste ano, realizou no lugar de Cabeça de Ferro, freguesia de Santa Clara do Louredo, a cerca de 11 quilómetros de Beja.

O metro, cuja gestão vai estar a cargo da Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão do Ambiente (Amalga), criada para o efeito, vai servir os concelhos de Beja, Almodôvar, Barrancos, Castro Verde, Mértola, Moura, Ourique e Serpa.

A população-alvo ronda os cem mil habitantes e a entrada em funcionamento da infra-estrutura vai permitir receber 43 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos anualmente, sendo encerradas e requalificadas 18 lixeiras daqueles oito concelhos.

A Amalga pretende também implementar no lugar de Cabeça de Ferro um Parque Ecológico (numa área de 130 hectares), que, para além do aterro, integrará uma estação de triagem, parques para sucatas e pneus velhos, viveiros, plantação de árvores e uma bolsa de pequenas hortas destinadas à população.

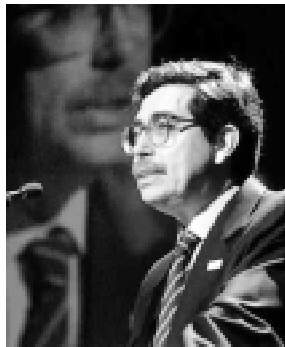
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, anunciou, no dia 8, em Lisboa, o lançamento de um concurso público que visa criar «Espaços Internet» nos 305 municípios do País.

A apresentação decorreu no Pavilhão do Conhecimento (Parque das Nações), espaço que deverá, segundo Mariano Gago, constituir um «exemplo na dinamização de espaços de acesso fácil, gratuito e permanente à Internet em Portugal».

O concurso público, divulgado nos meios de Comunicação Social na passada quinta-feira, foi aberto no âmbito do Programa Operacional Sociedade da Informação (POSI) e conta com uma verba entre os seis e os oito milhões de contos.

«O objectivo é criar espaços públicos de acesso à Internet em todos os municípios do País», explicou Pedro Veiga, gestor do POSI, em declarações à Imprensa.



Os beneficiários do programa são as câmaras municipais do Continente e Regiões Autónomas, podendo o POSI participar os projectos até 80 por cento do total.

Os «Espaços Internet» a criar deverão satisfazer alguns requisitos: instalação em locais de grande visibilidade e fácil acesso, disporem de um mínimo de seis postos públicos de acesso gratuito à Internet e funcionarem em horários alargados adaptados às populações.

CULTURA

O secretário de Estado da Cultura, João Nascimento Baptista, afirmou no dia 10, que a nova estratégia de desenvolvimento para o Alentejo deve assentar em dois pilares: a cultura e o património.

O governante, que falava na inauguração do Núcleo Museológico Militar do Castelo de Marvão, distrito de Portalegre, acrescentou que se deve «recorrer ao turismo como meio de valorizar e divulgar as riquezas».

Nascimento Baptista sublinhou que «o modelo de desenvolvimento durante muitos anos aplicado ao Alentejo está praticamente esgotado».

«A região tem pela frente, hoje, um enorme desafio de conceber e por em prática uma estratégia com novas opções e visando outro perfil de crescimento capaz de proporcionar melhores condições de vida, mais emprego e riqueza às populações».

Na cerimónia de inauguração do Núcleo Museológico do Castelo de Marvão, que retrata a história militar da vila, esteve ainda presente o secretário de Estado do Turismo, Vítor Neto.

Este Núcleo Museológico está integrado no «Projecto de Valorização das Fortificações do Norte Alentejano», lançado pela Região de Turismo de São Mamede.

EDUCAÇÃO

O ministro da Educação, Augusto Santos Silva, reconheceu, no dia 10, no Porto, que há «falta evidente» de auxiliares de acção educativa e de auxiliares administrativos

nas escolas, mas sustentou que a situação está a melhorar todos os anos.

«Desde há cinco anos que não só todo o pessoal destas áreas que passa à reforma é imediatamente substituído como são ainda preenchidas vagas em aberto», disse o ministro Santos Silva, que falava na sessão de encerramento do Seminário Nacional das Associações de Pais, organizado pela Federação Concelhia das Associações de Pais do Porto (Fecap).



«Além disso, o número de alunos continua a diminuir todos os anos, por razões demográficas, pelo que a situação está em vias de correcção», disse Augusto Santos Silva.

O seminário, que reuniu associações de pais, organizações de estudantes e representantes de conselhos executivos de escolas e de sindicatos de professores, tinha como temas principais as questões postas pelo novos agrupamentos de escolas e a revisão curricular no ensino secundário.

EQUIPAMENTO

A Transportadora Aérea Portuguesa (TAP) vai continuar a voar para a África do Sul, garantiu, na quinta-feira, dia 8, no Parlamento, o ministro do Equipamento, depois de ter sido dado como certo o fecho da linha Lisboa-Joanesburgo, no dia 6.



«Reuni-me hoje, de manhã, com o administrador delegado da TAP e foi

anulada a decisão de fecho da linha», afirmou Jorge Coelho, acrescentando que «não será feita qualquer alteração nas linhas», enquanto não for encontrada uma nova estratégia para a empresa.

O ministro tranquilizava assim os deputados do Partido Comunista, que acusavam a TAP de prejudicar importantes comunidades portuguesas com o seu encerramento, insistindo que a linha é lucrativa e que tem uma taxa de ocupação de 82,5 por cento.

Jorge Coelho garantiu que os administradores contratados pela Swissair sairão o mais depressa possível e que a sua permanência é temporária, enquanto a TAP se vai retirando do grupo Qualiflyer, reiterando, no entanto, a sua total confiança em Fernando Pinto, nomeado pelo Governo para o cargo de administrador delegado.

FINANÇAS

«Administração fiscal vai investigar situação de mais clubes de futebol, além do Sport Lisboa e Benfica», assegurou, no dia 8, em Setúbal, o ministro das Finanças.



Pina Moura falava durante um encontro sobre a reforma fiscal, com cerca de uma centena de funcionários das Direcções Distritais de Finanças e das Alfândegas, que decorreu na Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal.

Pina Moura voltou a reafirmar que a solução dos problemas fiscais do Benfica «terá de ser encontrada no quadro da aplicação da lei, sem qualquer regime de excepção».

Referindo-se à dívida do clube referente a verbas do IRS retidas, indevidamente, o governante considerou que, dada a projecção do futebol na sociedade portuguesa, a situação fiscal do clube terá de ser devidamente analisada, «para que situações semelhantes não se repitam». O Benfica deverá cerca de 1,8 milhões de contos de IRS retido na fonte e não entregue ao fisco.

«O futebol tem um grande impacto, por isso é importante para a Administração Tributária levar até ao fundo a análise da situação», disse Pina Moura, salientando que já deu instruções para que seja também verificada a situação fiscal de

PELO PAÍS

Governança Aberta

outros clubes. A solução do problema, sublinhou, deverá ser encontrada no âmbito do quadro legal e sem qualquer regime de excepção, sob pena de descredibilização da Administração Fiscal junto dos contribuintes.

JUVENTUDE

O secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, afirmou, no dia 9, no Porto, que a II Bienal de Jovens Criadores da CPLP constitui «um veículo ímpar de aproximação entre os jovens de língua portuguesa».



«Esta aproximação faz-se através de acções concretas e pelo estabelecer de parcerias e de trabalhos conjuntos e esta iniciativa é uma delas», afirmou o governante, durante a cerimónia de inauguração da Bienal, na qual também participaram o presidente da Câmara do Porto, Nuno Cardoso, e o presidente do Clube Português de Artes e Ideias, Jorge Barreto Xavier, responsável pela organização do evento. A Bienal, cuja primeira edição teve lugar em Cabo Verde, em 1998, foi criada pela Conferência de Ministros da Juventude da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para a tornar no maior eixo de encontro dos jovens criadores lusófonos.

Esta edição deveria ter ocorrido no último ano em Moçambique, mas as cheias que assolaram aquele país tornaram a sua realização impossível, pelo que Portugal assumiu a sua organização e propôs como local o Porto.

Os artistas presentes no Porto apresentam trabalhos, muitos dos quais foram elaborados conjuntamente por jovens de vários países, nas áreas das artes visuais, aplicadas e do espectáculo.

Os países integrantes da CPLP são Portugal, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

PRESIDÊNCIA

Equipas móveis de controlo da qualidade de drogas sintéticas, máquinas automáticas de distribuição de seringas e o alargamento das equipas de rua a todo o País são algumas das medidas do

anteprojecto de lei governamental de redução de danos.

O futuro diploma, que quinta-feira passada entrou em período de discussão pública por 45 dias, está disponível na Internet através do site do Instituto Português da Droga e da Toxicod dependência (IPDT), com o endereço www.ipdt.pt, tendo um espaço para comentários (comentarios@ipdt.pt).



O anteprojecto de redução de danos e minimização de riscos em meio livre contempla também a criação, por um período experimental de um ano, das Salas de Consumo Vigiado (salas de injeção assistida) em zonas problemáticas, uma rede nacional de redução de danos, a figura do mediador toxicod dependente, o alargamento dos programas de metadona de baixo limiar de exigência a vários locais do País e criar pontos de contacto e informação para toxicod dependentes.

O secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Vitalino Canas, que tutela a área da droga e da toxicod dependência, apresentou o diploma à Comunicação Social, no dia 8, em Lisboa, sublinhando que este anteprojecto dá enquadramento legal a todo um conjunto de políticas integradas de redução de danos.

TRABALHO E SOLIDARIEDADE

O ministro do Trabalho e da Solidariedade afirmou que os acordos sectoriais de concertação social, que foram assinados no dia 9, são instrumentos estratégicos de médio e longo prazo.

«Os acordos que hoje vão ser formalizados são históricos, não só porque reúnem todos os parceiros sociais, mas especialmente porque são dois instrumentos estratégicos para se alcançarem objectivos nacionais», afirmou Ferro Rodrigues.

Os objectivos determinados pelos parceiros sociais são «melhores qualificações para melhores empregos e um combate decidido aos acidentes de trabalho», referiu Ferro Rodrigues.

Os acordos «sobre política de emprego, mercado de trabalho, educação e formação» e «sobre condições de trabalho, higiene e segurança no trabalho

e combate à sinistralidade» foram assinados na passada sexta-feira, ao final da tarde.



Pela primeira vez em dez anos, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP) assinou um acordo com os restantes parceiros.

Os acordos têm incidência de médio e longo prazo e foram negociados durante dez meses, por grupos de trabalho definidos em sede de Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS).

TURISMO

Os restaurantes, cafés e similares vão ter mais quatro milhões de contos de apoios a juntar aos 12 milhões de contos já aprovados, desde 1998, para o sector.

A garantia foi dada à Comunicação Social, na passada segunda-feira, dia 12, pelo secretário de Estado do Turismo.

Vitor Cabrita Neto revelou que o programa de incentivo à renovação daqueles estabelecimentos vai prolongar-se, tendo sido assinado no dia 13 o protocolo para o Prorest II, desta vez, com apoios comunitários.

O protocolo integra um conjunto de bancos, a Fereca (Federação dos Restaurantes, Pastelarias e Similares Portugueses) e o IFT (Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo) e permite o incentivo em 20 por cento do total do investimento realizado pelo empresário. Se for cumpridor das regras estipuladas, o empresário pode, ainda, receber como bônus o pagamento das últimas amortizações do seu empréstimo.



A modernização e renovação dos restaurantes, cafés e estabelecimentos similares «é fundamental para a mudança da imagem junto dos turistas que visitam o País e contactam, necessariamente, com este comércio», justificou Cabrita Neto. Segurança, condições higieno-sanitárias (casas de banho, cozinhas e locais de fabrico dos produtos, como as pastelarias) são as áreas mais críticas, encontrando-se problemas em todo o tipo de estabelecimentos e em todo o País.

O Prorest II vai ter algumas diferenças relativamente ao anterior instrumento, como os novos *plafonds* de apoio, maior flexibilidade no sistema de amortização e novas tipologias de projectos aceites.

DEPUTADO MANUEL DOS SANTOS **Economia**

PS DISPONÍVEL PARA DISCUSSÃO DA TAXA TOBIN



O GP/PS mostrou-se no dia 7 de Fevereiro disponível para iniciar a discussão parlamentar da taxa Tobin. Esta tomada de posição surgiu na sequência de uma intervenção de Luís Fazenda, do Bloco de Esquerda. O deputado bloquista, numa intervenção política sobre o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, pediu ao PS e à Câmara para que se abra o debate sobre a taxa Tobin «a que todos se comprometeram», aludindo a uma decisão do Parlamento de fazer baixar, para debate, às comissões dos Assuntos Europeus e de Economia e Finanças, um projecto de resolução apresentado em 1999 pelo BE. A bancada socialista manifestou abertura

para agendar a metodologia da discussão sobre a taxa Tobin, tendo o deputado socialista Manuel dos Santos afirmado «não existir nenhum obstáculo por parte do PS à ampla discussão», sobre aquela medida. Este deputado, vice-presidente do Grupo Parlamentar socialista e presidente da Comissão dos Assuntos Europeus, adiantou que vai agendar o assunto na próxima reunião daquela comissão e defendeu um amplo debate sobre a denominada taxa Tobin. A taxa Tobin, ou um modelo aproximado ao defendido por este autor, prevê a fixação de um imposto de aproximadamente 0,05 por cento sobre todas as transacções financeiras realizadas no mercado internacional, destinada a constituir um fundo alimentar e sanitário mundial.

GP/PS **Nomeação**

JOSÉ LUÍS CARNEIRO É NOVO CHEFE DE GABINETE

O camarada José Luís Carneiro foi convidado para assumir o cargo de chefe de gabinete do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS), na sequência do pedido de exoneração do cargo apresentado, recentemente, por Manuel Laranjeira Vaz. José Luís Carneiro, 29 anos, natural do concelho de Baião, Porto, é licenciado em Relações Internacionais e mestre em Ciência Política, leccionando, actualmente, na Universidade Lusíada do Porto. Da sua actividade política destacam-se os cargos de presidente da Comissão Política do PS/Baião e de vereador na mesma Câmara Municipal. José Luís Carneiro foi o porta-voz da



candidatura à Federação Distrital do PS/Porto do camarada Francisco Assis.

AUTÁRQUICAS **Lei eleitoral**

APROVADO DIPLOMA DO GOVERNO

O Parlamento aprovou na generalidade, no dia 8, os diplomas do Governo e do PSD para a revisão da lei eleitoral autárquica, assim como um projecto do PCP que reforça os poderes das assembleias municipais.

Tal como se esperava, os projectos de lei do Bloco de Esquerda e do CDS-PP, impondo uma limitação de mandatos aos membros dos executivos camarários, foram chumbados pela bancada socialista. O diploma do Governo foi viabilizado pela abstenção do PSD, tendo a bancada do PS também optado por se abster em relação ao projecto de lei do PSD. No entanto, em votação final global, tanto a proposta do Governo, como o projecto de lei do PSD, só serão aprovados se reunirem dois terços dos votos.

O projecto de lei do PCP que reforça os poderes de fiscalização das assembleias municipais foi igualmente aprovado na generalidade, tendo merecido o apoio do Bloco de Esquerda e do Partido Ecologista «Os Verdes», a abstenção do PS e do PSD, e o voto contra da bancada do CDS-PP. Nas votações da passada quinta-feira, foi também aprovada a proposta do Governo de Lei-Quadro das Associações Juvenis, que teve os votos favoráveis do PS, a abstenção do PSD e do CDS-PP, e a



oposição do PCP Bloco de Esquerda e Partido Ecologista «Os Verdes».

Também o projecto de lei sobre as associações juvenis do PSD acabou por passar, tendo merecido a abstenção do PS, PCP, CDS-PP, Bloco de Esquerda e «Os Verdes».

Ainda em matéria de associações juvenis, foi reprovado o diploma do PCP, que teve a oposição das bancadas socialista e popular. PS, PSD e CDS-PP uniram-se para chumbar projectos de resolução do PCP e do Partido Ecologista «Os Verdes» que visavam a suspensão do envio de forças militares portuguesas para os Balcãs e o uso de munições com urânio empobrecido.

Medeiros Ferreira e Mafalda Troncho no Conselho da Europa

Os deputados socialistas Medeiros Ferreira e Mafalda Troncho foram eleitos, respectivamente, para a vice-presidência do Conselho da Europa e para a direcção do grupo socialista na Assembleia do referido órgão. Com a eleição de Medeiros Ferreira, Portugal retoma uma das vice-presidências desta instituição internacional. Por seu turno, a eleição de Mafalda Troncho contribui para uma distribuição mais equitativa de mulheres nos cargos de responsabilidade política internacional.

O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTESS CONTAS:

Nova Rede - Conta n.º 00237931010 - NIB 00330000023793101005
CGD - Conta n.º 0121001364130 - NIB 003501210000136413097
BES - Conta n.º 023654960002 - NIB 000700230065496000278



DEPUTADO PEREIRA MARQUES

Defesa

EVITAR DUPLICAÇÃO DE FUNÇÕES



O deputado socialista Fernando Pereira Marques reiterou a ideia de que o acompanhamento da evolução de assuntos como o envolvimento de Portugal nos Balcãs e outros correlacionados deve ser feito pela Comissão de Defesa Nacional, pelo que não se justifica a viabilização de uma Comissão de Inquérito.

Falando no debate requerido pelo Partido Popular sobre inquérito parlamentar, que decorreu no passado dia 1, na Assembleia da República, Fernando Pereira Marques disse que «o Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) tem por orientação viabilizar as comissões de inquérito, na medida em que estas contribuem para o desempenho com eficácia do papel fiscalizador desta Assembleia da República e sempre que haja questões que pela sua natureza ou gravidade justifiquem o recurso a esse instrumento parlamentar».

«No caso em debate consideramos que os objectivos com que o CDS/PP fundamenta e justifica o seu pedido de inquérito, reafirmadas pelo deputado Paulo Portas, inserem-se na actividade normal, que deve ser serena, da Comissão de Defesa Nacional ou, de outro modo, esta seria esvaziada ou dar-se-ia uma contraproducente duplicação de tarefas, explicou.

Segundo o parlamentar socialista, a bancada e o Governo do PS não temem a transparência nem a assumpção de responsabilidades.

«O GP/PS está aberto e disponível para que se realizem as audições e se tomem as iniciativas consideradas necessárias para esclarecer tudo o que houver a esclarecer e debater tudo o que houver a debater», declarou, qualificando de «consensual e partilhada» a preocupação pelas condições de segurança em que actuam as nossas forças – tanto militares, como policiais ou os civis.



O deputado socialista defendeu a necessidade de estabelecer uma relação de confiança entre as instâncias de decisão política e militar, os familiares e a opinião pública.

«Mas, importará que nós, no quadro desta AR e na CDN, possamos inserir as diversas questões controvertidas tão apaixonadamente nas últimas semanas, no seu contexto mais geral», considerou, realçando de seguida aspectos como «a estabilidade da instituição militar; a participação de Portugal na construção de uma política europeia externa e de segurança comum, concretizando o que foi decidido na Cimeira de Colónia (Junho de 99); e a atitude de Portugal face aos seus compromissos internacionais no âmbito da ONU e da NATO, de forma a contribuir para a paz e a segurança colectiva (missões Petersberg)».

Fernando Pereira Marques alertou para as consequências perniciosas de um enfraquecimento da necessária relação de confiança entre o País e as suas Forças Armadas, no que se refere ao prosseguimento da referida reestruturação e sobre a estabilidade das instituições democráticas.

«Os nossos jovens precisam de ser motivados a participar no esforço de Defesa Nacional e a contribuir activamente para o prestígio das Forças Armadas, sobretudo quando estas são chamadas a intervir em teatros de operações no estrangeiro», frisou. Relativamente à política de segurança comum europeia, o parlamentar socialista falou sobre a procura de um máximo de interoperabilidade, caminhando rumo à standardização dos sistemas de armas, da instrução de base e para uma unidade de comando.

«Uma maior capacidade autónoma da Europa nos domínios da defesa e da segurança, contribuirá, seguramente, para um reforço da capacidade interventiva da ONU e para relações mais equilibradas no seio da NATO», concluiu. **MARY RODRIGUES**

DEPUTADO CASIMIRO RAMOS

Lei das autarquias

MELHORAR E APROFUNDAR A QUALIDADE DA DEMOCRACIA



O deputado do PS Casimiro Ramos afirmou no dia 7, na Assembleia da República, que o conjunto de alterações ao sistema de governo local propostas pelo Executivo de António Guterres «consustanciam uma reforma séria, responsável e adequada à melhoria da qualidade da democracia».

Segundo o parlamentar socialista, a proposta de lei «contribuirá para a melhoria das condições de exercício dos órgãos, quer no que respeita à função executiva, quer quanto às funções de acompanhamento e fiscalização».

Quanto à constituição dos executivos municipais, o deputado do PS considerou que «é profundamente perverso, que um eleito em nome de um projecto seja em parte co-responsável na execução de outro projecto, que não é o seu».

Vive-se aliás, adiantou, «uma situação em que os vereadores eleitos pelos partidos que ficam na oposição, ou são um alibi para a Presidência da Câmara, ou então

um contrapoder que utilizando a parlamentarização do executivo, faz política no órgão inapropriado para tal, comprometendo a concretização atempada de um projecto, em prejuízo da resolução dos problemas das populações».

Por outro lado, disse, «é necessário garantir que a Assembleia Municipal seja o centro de gravidade do debate político e o local onde tomam visibilidade as alternativas políticas».

Por isso, sublinhou, a proposta do Governo reforça os meios e as competências das Assembleias Municipais, considerando que esse é «o local privilegiado para a acção política».

Para o deputado do PS, «a dignificação deste órgão, conforme previsto na proposta do Governo, enriquece a participação dos seus membros e clarifica a responsabilidade dos representantes dos eleitores».

A Assembleia, sublinhou, «será o garante da transparência e o órgão privilegiado para efectuar o controlo da acção executiva».

J. C. CASTELO BRANCO

Jornada Duriense



Apoio à candidatura
ALTO DOURO VINHATEIRO
A Património Mundial

15 de Fevereiro 18h30

Restaurante do novo edifício do Parlamento
Produtos regionais e Porto de Honra

Actuação

FILANDORRA
(Teatro do Nordeste)

SEM EIRA NEM BEIRA
(Grupo de Cantares)

APROVADO RELATÓRIO DE MÁRIO SOARES SOBRE MACAU

O Parlamento Europeu (PE) aprovou ontem o relatório do eurodeputado socialista Mário Soares sobre as relações entre a União Europeia (UE) e Macau que defende um contributo dos Quinze na manutenção da «autonomia» e «especificidade» do território.

No documento sobre o antigo território de administração portuguesa, Mário Soares defende que a União Europeia deve contribuir para que a China observe a «autonomia» e «especificidade» de Macau e, para manifestar o seu empenho, deve nomear quanto antes «um representante» seu para o antigo território de administração portuguesa.

Mário Soares sublinha reiteradamente, além disso, o papel central do escrutínio atento da União para impedir qualquer desvio às prerrogativas fundamentais atribuídas a Macau no âmbito da Declaração Conjunta Sino-Portuguesa de 1987 e da Lei Básica de 1993, bem como o papel dos Quinze na manutenção da prosperidade económica do território.

Segundo refere Mário Soares, Portugal «obteve da China um acordo sobre a continuidade dos principais contratos de concessão que prevêem a participação de empresas europeias no sector público dos



serviços, criando uma maior garantia a investimento europeu».

Por isso, defende o eurodeputado, a Comissão Europeia devia designar quanto antes «um representante para Macau» no sentido de «tomar evidente o seu empenho em solidificar as relações entre as duas partes».

De igual modo, acrescenta, a UE deve

«reforçar a base do diálogo com as autoridades da RAE, nomeadamente através da deslocação ao território de representantes das suas instituições», bem como «promover acções de cooperação com Macau».

O ex-Chefe de Estado português manifesta-se ainda convicto de que a manutenção em vigor do Acordo de Comércio e Cooperação

União Europeia-Macau, de 1993, «constitui um instrumento fundamental para o diálogo permanente entre as duas partes» e consagra, além disso, «a salvaguarda da defesa dos direitos humanos consignada no preâmbulo do Acordo».

Mas Macau pode dar também, no entender de Mário Soares, um «importante contributo às relações entre a União Europeia e a República Popular da China» devido à sua «especificidade cultural», ao seu «moderno sistema de infra-estruturas» e à sua «próspera economia, onde os serviços ganham cada vez mais relevo».

O eurodeputado socialista tece também considerações sobre a organização do território e sobre a necessidade de ser preservado o seu legado jurídico e institucional.

Macau, escreve, «conserva uma moeda própria, autonomia legislativa, judicial e aduaneira», mantém «os direitos e liberdades, incluindo a liberdade de expressão, de reunião e associação, assim como a liberdade religiosa» e, «apesar da competência sobre a política externa e de defesa recair sob o Governo Central de Pequim», mantém igualmente «uma certa autonomia enquanto parceiro internacional no foro de pactos, acordos e organizações de que é signatário».

COMISSÃO EUROPEIA AUTORIZA AÇORES A PRODUZIR MAIS 73 MIL TONELADAS

A Comissão Europeia propôs na semana passada a isenção do pagamento da multa dos produtores de leite dos Açores que excederam a quota na campanha 1999/2000, autorizando um aumento de 73 mil toneladas da produção admissível do arquipélago.

Esta foi a solução encontrada por Bruxelas para pôr em prática a decisão da cimeira de chefes de Estado e de governo dos Quinze, em Dezembro passado, que decidiu perdoar a multa dos produtores açorianos pela ultrapassagem da quota na anterior campanha.

Na prática, será permitido a cada agricultor açoriano produzir mais 17,1 por cento de leite em relação ao limite estabelecido - aumentando indirectamente a quota nacional -, uma autorização que se aplica ao ano anterior e até 2002/2003, num total de quatro campanhas.

O limite permissível de produção leiteira foi um dos assuntos que esteve em destaque



na agenda europeia de Portugal no final do ano passado, num processo que começou com uma multa de Bruxelas de 4,2 milhões de contos devido à ultrapassagem da quota nacional na campanha de 1999/2000 em 57.775 mil toneladas.

Com o argumento de os Açores serem uma região ultraperiférica, Portugal conseguiu o perdão da dívida na Cimeira Europeia de Nice, em Dezembro passado.

De acordo com a decisão dos chefes de

Estado e de governo dos Quinze, a Comissão Europeia deveria subtrair, «em determinadas condições, o consumo de laticínios dos Açores do cálculo nacional da imposição suplementar por um período de quatro anos, a contar de 1999/2000», abrangendo todo o período até 2002/2003. O documento elaborado agora por Bruxelas refere de forma clara que a medida se refere «estritamente» ao arquipélago, mas a restante quota existente (1,8 milhões de toneladas anuais) poderá continuar a ser transferida entre os vários agricultores em caso de excesso de produção, de acordo com a interpretação dos serviços portugueses junto da Comissão Europeia.

Este foi o caso do ano passado, em que os Açores excederam o limite permissível em 70 mil toneladas, que acabou por ter um peso de 57 mil toneladas na contabilidade nacional, já que os que menos produziram cederam as quotas que sobramos aos que ultrapassaram o seu

limite, nomeadamente aos produtores do continente, a quem cabia o pagamento de 500 mil contos de multas.

A proposta de Bruxelas visa «facilitar a reestruturação do sector leiteiro nos Açores», com o objectivo de encontrar uma solução para o sector leiteiro do arquipélago, tomando em consideração as necessidades de consumo cobertas pela produção local.

O documento esteve em consulta entre os serviços comunitários nas últimas semanas, precisando da assinatura dos comissários europeus da Agricultura e Pescas e Orçamento e do próprio presidente da Comissão Europeia.

A sua adopção efectiva só decorre, no entanto, num próximo conselho de ministros, já que a decisão constitui uma modificação de um artigo do POSEIMA, o programa comunitário específico para a Madeira e Açores, regiões consideradas muito afastadas da União Europeia e que por isso beneficiam de ajudas específicas.

TREZENTOS MIL EMPREGOS VÃO DESAPARECER NA BANCA E FINANÇA ATÉ 2002

Globalização mercantilista, fusões, concentrações, fundamentalismo neoliberal, pós-modernismo, lucro como mola real, défice social, teologia do mercado, e eis que 300 mil empregos vão desaparecer entre 1999 e 2002 na sequência das fusões em curso e esperadas na Europa ocidental, de acordo com estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT). É o capitalismo no seu esplendor.

Num relatório divulgado pela OIT, esta organização refere que 130.000 empregos desapareceram nos anos 90, e que este número vai continuar a aumentar por causa de uma aceleração das aquisições e do esperado abrandamento do crescimento económico mundial.

Neste documento, a OIT adverte para o facto das supressões em massa de postos de trabalho estarem directamente responsáveis do fracasso ou menor êxito das próprias fusões, acabando as empresas por ficarem incapazes de atingir os objectivos pretendidos.

A redução dos efectivos devida à concentração bancária existe em todos os países onde o sector bancário é desenvolvido, da Europa aos Estados Unidos, do Brasil ao Japão e a Austrália, ainda que a legislação laboral a possa limitar em países como a França ou a Alemanha. A OIT aconselha os patrões a informarem melhor e a negociarem com o respectivo pessoal as fusões ou aquisições bancárias consideradas inelutáveis devido à concorrência.

Patrões esquecem factor humano

Ao recomendar uma estratégia de

comunicação interna transparente, a OIT destaca o interesse social, mas também económico de tal abordagem para o êxito destas fusões que «em dois terços dos casos não atingem os seus objectivos». Segundo um perito citado pela OIT, «o factor humano só seria tomado em consideração em 5 por cento das fusões e aquisições, qualquer que seja o sector». Este relatório de 116 páginas servirá de base a uma reunião tripartida (Estados, sindicatos, patrões) da OIT em Genebra sobre «a incidência sobre o emprego das fusões no sector dos serviços bancários e financeiros».

Um dos seus autores, John Sendanyoye, sublinhou, numa conferência de Imprensa, que «os gestores de recursos humanos são muito vezes integrados na fase final do processo em vez de participarem de início».

Segundo Sendanyoye, trata-se de encontrar soluções concertadas para

reduzir o impacto dos planos sociais – pela redução do tempo de trabalho, por uma melhor repartição da massa salarial, pela suspensão de novos recrutamentos –, mas também para evitar a desmobilização dos assalariados que vão ser integrados na estrutura do novo gigante bancário.

O choque entre culturas de empresa – mais complexo e profundo quando as fusões se realizam entre bancos de países diferentes –, a carga de trabalho acrescida, a ansiedade, a paralisia e o «stress», têm por consequência «uma redução dos "performances" num clima de intensa competição», nota o relatório. O fracasso da fusão entre o Deutsche Bank e o Dresdner Bank em Abril de 2000 mostrou que «as resistências internas podem reduzir a nada as estratégias da empresa», consideram os relatores, observando que esta fusão teria custado 6000 empregos.

MINISTROS QUEREM MAIS JUSTIÇA, SEGURANÇA E SOLIDARIEDADE NA EUROPA

Os ministros da Justiça e Administração Interna da União Europeia (UE), reunidos em Estocolmo, reiteraram no dia 9 o seu empenho na construção de uma sociedade europeia ao mesmo tempo mais justa, mais segura e mais solidária.

O comunicado final da reunião, divulgado pela presidência sueca da UE, refere que os ministros sublinharam a sua determinação no combate ao crime organizado internacional e na luta contra o tráfico de seres humanos e as redes de imigração ilegal.

Para tal, foram discutidos novos métodos de trabalho que permitam uma resposta mais eficaz, rápida e coordenada por parte da União Europeia.

Portugal esteve representado pelo ministro da Administração Interna, Nuno Severiano Teixeira, e pelo secretário de Estado adjunto do ministro da Justiça, Eduardo Cabrita.

A primeira parte do encontro foi dedicada à análise dos progressos verificados durante as presidências portuguesa e francesa da UE (respectivamente, no primeiro e segundo semestres do ano passado) na construção de um espaço comum de liberdade, segurança e justiça.

Foram constatados avanços em várias áreas, de que são exemplos a entrada em funcionamento da Academia Europeia de Polícia, o desenvolvimento de uma Rede Judiciária Europeia e do Eurojust, a criação

de um Fundo Europeu para os Refugiados, a importância atribuída à protecção das vítimas de crimes e à prevenção da criminalidade e, em breve, a entrada em vigor do acordo de Schengen nos países nórdicos. Mereceu particular insistência durante este conselho de ministros o tema do reconhecimento mútuo das decisões judiciais, nomeadamente em matéria de luta contra a criminalidade organizada e de aplicação de um título executivo em matéria civil.

Também foi feito um ponto de situação relativamente ao processo de alargamento da União Europeia e das negociações com os países candidatos, ao nível desta área da Justiça e Assuntos Internos.

Sublinhou-se, mais uma vez, que o alargamento da UE deve efectuar-se com todas as garantias, por forma a que dele não resulte qualquer prejuízo para a segurança dos cidadãos europeus.

Os titulares das pastas da Justiça e Assuntos Internos debateram ainda a problemática do asilo e dos seus desenvolvimentos a curto, médio e longo prazo na UE.

Mantiveram um encontro com o novo alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados, Ruud Lubbers, que apresentou os pontos de vista e o programa das próximas iniciativas daquela agência das Nações Unidas.

COMISSÃO EUROPEIA DECLARA GUERRA À CIBERCRIMINALIDADE

A Comissão Europeia propôs novas medidas contra a chamada cibercriminalidade, ou delinquência na Internet, que pressupõem a aproximação das legislações dos Estados-membros sobre esta matéria e a formação dos agentes ligados às novas tecnologias.

Com o objectivo de combater a delinquência informática para criar «uma Internet mais segura», sem «impedir o rápido desenvolvimento do comércio electrónico na União Europeia e respeitando o direito fundamental da vida privada», o plano de acção «Europa 2002» compreende uma série de medidas que vêm juntar-se à proposta sobre a luta contra a pornografia infantil na Internet.

As iniciativas legislativas, que serão propostas posteriormente por Bruxelas, visam aproximar os sistemas de direito penal no domínio da criminalidade no que respeita às novas tecnologias, nomeadamente a pirataria informática.

No pacote de medidas, a Comissão Europeia pretende ainda incluir medidas de luta contra o racismo e xenofobia na Internet. As propostas não legislativas referem-se à sensibilização e formação dos diferentes actores ligados à segurança da informação.

Esta pretensão pressupõe a criação de um fórum da União Europeia com a

participação dos serviços responsáveis pela aplicação das leis, fornecedores de serviços, exploradores da rede, organizações de consumidores e autoridades responsáveis pela protecção dos dados informáticos.

Este organismo visa reforçar a cooperação ao nível dos Quinze de sensibilizar o público para os riscos ligados à delinquência na Internet e promover melhores práticas em matéria de segurança.

Bruxelas insiste ainda na necessidade de apoiar a formação do pessoal ligado aos serviços encarregados da aplicação das leis sobre as questões de criminalidade no que respeita às novas tecnologias, através de programas existentes no âmbito a Comissão Europeia.

O plano foi elaborado pelos comissários europeus responsáveis pela Justiça e Assuntos Internos, António Vitorino, e das Empresas e Sociedade da Informação, Erkki Liikanen, considerando que a delinquência informática constitui «uma ameaça para os investidores e empresas e podem provocar prejuízos financeiros de grande amplitude, como têm demonstrado os ataques de vírus».

Para António Vitorino, a luta contra a cibercriminalidade é «uma das prioridades para fazer da Europa um espaço de liberdade, segurança e justiça».

FISCALIZAÇÃO PERMITIU POUPAR 5 MILHÕES DE CONTOS NO NORTE

Os resultados das acções de verificação de incapacidades e da actividade da fiscalização no ano 2000 na região Norte permitiram poupar mais de cinco milhões de contos (25 milhões de euros).

O Norte foi a região onde o combate à fraude e evasão contributiva se revelou «mais eficaz», sublinhou o secretário de Estado da Segurança Social, Vieira da Silva, que referiu o facto de se tratar de uma zona «muito densa» em empresas de pequena, média e grandes dimensões. «Esta região tem um peso muito grande em todas as variantes da Segurança Social», acrescentou o secretário de Estado, salientando que em 2000 as contribuições para a segurança social cresceram nove por cento. Em conferência de imprensa para apresentação dos resultados das acções de verificação de incapacidades temporárias e do balanço da actividade da fiscalização no ano 2000 no Norte, Vieira da Silva classificou o resultado de «bastante positivo» apesar de existir ainda «um importante trabalho a realizar», designadamente no campo da «sensibilização e persuasão». A prestação que melhores resultados obteve foi o subsídio por doença, que



diminuiu em termos de dias e do número de trabalhadores que o solicitaram. Os dados divulgados revelam que, ao longo do ano 2000, no âmbito da acção de fiscalização dirigida a beneficiários de subsídio de doença, foram visitados no domicílio 6269, dos quais 35 por cento (2194) se encontravam em situação irregular. A cessação das prestações ocorridas levou a que se tivesse deixado de pagar o montante aproximado de 92 mil contos (460 mil euros), atendendo a que, em média, os beneficiários na situação de baixa estão subsidiados durante 28,5 dias.

Subsídio de doença

Da análise comparativa da evolução do pagamento de subsídio de doença entre

1995 e 2000 conclui-se que foram pagos menos 1.805.207 contos (9,026 milhões de euros).

Em 1995 foi pago o montante de cerca de 37 mil contos (185 mil euros) e em 2000 cerca de 35 mil contos (175 mil euros).

Dos 18.312 beneficiários (da sub-região do Porto) convocados pelos inspectores do Serviço de Verificação de Incapacidades, apenas em 54,7 por cento (10.017) subsistia a incapacidade (faltaram 4.633 e em 3.662 não subsistia a incapacidade referida).

Relativamente às acções realizadas globalmente pela região Norte durante o ano 2000, foram convocados 47.753 beneficiários e dos que responderam à convocatória apenas 45 por cento apresentavam a incapacidade referida (faltaram 14.992).

Subsídio de desemprego

A acção de fiscalização e verificação de beneficiários de subsídio de desemprego, desenvolvida em articulação com a Inspeção-Geral de Trabalho, incidiu especificamente no domínio da construção civil.

Foram fiscalizados 1132 beneficiários, encontrando-se 297 em situação irregular. Relativamente à fiscalização a beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido, foram

convocadas 32.944 pessoas, dos quais 4400 aceitaram o Plano Pessoal de Emprego.

A acção de fiscalização foi concentrada nos concelhos do Norte com maior número de requerentes e prestações mais elevadas, envolvendo a avaliação global das famílias beneficiárias.

Ao longo do ano 2000 foram fiscalizados 9517 agregados familiares, tendo-se verificado que estavam em situação irregular 2891.

Na sequência da intervenção da fiscalização verificou-se uma redução de 300 mil contos (1,5 milhões de euros) no ano 2000.

Da análise comparativa do dois últimos anos, comprova-se que houve uma redução de 1.153.108 contos (5,766 milhões de euros), menos 6,13 por cento. Em 1999 foram processados 18.811.600 contos (94,06 milhões de euros) e, em 2000, 17.658.492 contos (88,28 milhões de euros).

A acção de fiscalização de contribuintes abrangeu 4153 empresas ao nível da região, das quais 873 estavam em situação irregular.

Na sequência destas acções foram apurados 1.315.608 contos (6,58 milhões de euros), referindo-se 60 por cento dos valores apurados à actuação sobre um reduzido número de grandes empresas, ligadas à construção civil.

INSTRUMENTO MUITO IMPORTANTE PARA A ESTABILIDADE DO SISTEMA

A nova Lei de Bases da Segurança Social, que entrou em vigor no dia 8, «é um instrumento muito importante para a sustentabilidade do sistema», ainda que a falência ou desequilíbrio estejam afastados a curto prazo.

O secretário de Estado da tutela, Vieira da Silva, defendeu o documento afirmando que a nova lei «aponta claramente no sentido de consolidar um sistema de segurança social em que, a par dos mecanismos tradicionais de seguro social, se dá corpo a uma dimensão que é inovadora que é a protecção social baseada na cidadania».

O conceito de cidadania implicará, segundo Vieira da Silva, que o papel do Estado seja «mais intenso, nomeadamente na protecção do cidadão mas também na protecção à família e nas áreas que apontam para a diferenciação positiva - dar mais a quem precisa».

O mesmo responsável sustentou que o novo articulado aprovado pela Assembleia da República se pode também entender como um ponto de chegada e, ao mesmo tempo, de partida.

«Um ponto de chegada de um processo de reformas que nomeadamente no âmbito das prestações sociais foram sendo feitas nos últimos anos; um ponto de partida para um novo ciclo de transformações para o qual a Lei de Bases aponta um conjunto muito preciso de direcções», afirmou.

Por outro lado, continuou, o diploma legal «inovou no domínio de aspectos fundamentais da sustentabilidade do sistema de Segurança Social» ao introduzir uma «nova grelha de financiamento que concretiza um princípio denominado de adequação selectiva», ou seja, «uma nova partilha das responsabilidades financeiras entre o Estado e as contribuições e quotizações para a Segurança Social».

O secretário de Estado considerou também fundamental a combinação prevista na lei entre os «mecanismos de repartição e de capitalização na gestão dos recursos da Segurança Social», de que uma das consequências será a «capitalização obrigatória de uma parcela das contribuições».

Vieira da Silva destacou também, para efeitos do cálculo das pensões, a contagem de «toda a carreira contributiva», um meio de «combate a utilizações indevidas e uma ruptura com a possibilidade de uma manipulação oportunista dessas mesmas carreiras».

A nova Lei de Bases aponta assim, segundo o secretário de Estado, para um «novo patamar de desenvolvimento de um processo de reforma (no sistema de Segurança Social) que tem de ser permanente».

«O sublinhar que a tendência da Segurança Social - «e os números do orçamento de

2000 provam isso mesmo» - «não é de falência ou desequilíbrio a curto prazo», Vieira da Silva alertou para a eventualidade de, daqui a 10 ou 15 anos, o sistema poder vir a sofrer perturbações em consequência do envelhecimento da população.

O importante é que se «construam já propostas que estejam preparadas para essas dificuldades», disse ao sublinhar que a nova Lei de Bases tem respostas como o é a contagem de toda a carreira contributiva.

A nova Lei de Bases estrutura toda a protecção social em três sistemas: cidadania, protecção à família e providencial, disse o secretário de Estado. O articulado que entrou em vigor a 8 de Fevereiro prevê ainda a possibilidade de «consignação de receitas fiscais a algumas das despesas da Segurança Social», um processo que se enquadra no novo esquema de partilha das responsabilidades das contribuições.

PORTUGAL DIGITAL NA MIRA

Avaliar o estado da Sociedade da Informação e dar a volta ao Portugal Digital foram as metas traçadas para a iniciativa do primeiro-ministro, António Guterres, que, entre os dias 4 e 8 deste mês, envolveu 11 ministérios.

Durante estes cinco dias, Guterres foi conhecendo e dando a conhecer exemplos de como as tecnologias da informação e da comunicação (TIC) podem auxiliar os cidadãos, em áreas como a saúde, a educação, a economia ou a administração pública.

O anúncio pela ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, de uma verba de três milhões de contos para o desenvolvimento da telemedicina em Portugal, nos próximos três anos, marcou o arranque desta iniciativa, em Mortágua (Viseu), onde foi inaugurado um novo Centro de Saúde.

A medicina praticada à distância já é possível em 51 hospitais e 124 centros de saúde do País, abrangendo áreas tão diversas como a cardiologia e cardiologia pediátrica, dermatologia, genética médica, neurologia, obstetria, oncologia, ortopedia, radiologia e neuro-radiologia.

No dia 5 foi apresentado o Serviço Público Directo, uma iniciativa dos ministérios da Reforma do Estado e da Justiça, que permite aos cidadãos requerer certidões de registo civil, predial e comercial via Internet. Considerando a terceira geração de telemóveis como uma «tecnologia essencial para o desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal», António Guterres esteve presente num debate entre os operadores que conseguiram as licenças para o UMTS, no dia 6.

Nesta sessão, o chefe do Executivo socialista deixou um «aviso à navegação»: se não forem rapidamente resolvidas as dificuldades que têm impedido a entrada em vigor das tarifas planas para acesso à Internet, o Governo impô-las através de decreto-lei.

No sector da Educação, o Governo marcou presença numa escola em Rio de Mouro, considerada de excelência na colocação das TIC ao serviço do ensino, naquele que Guterres classificou como «o momento mais comovente de toda a semana».

Com um rácio de um computador por cada dez alunos, a escola secundária Leal de Câmara é também um exemplo de como as novas tecnologias podem ajudar a integrar alunos com necessidades especiais. Uma aluna com leucemia assiste às aulas através de videoconferência e duas estudantes invisuais podem realizar os seus testes e trabalhos no equipamento informático da escola, equipado com um sintetizador de voz.

Neste contexto, o Conselho de Ministros do dia 7 aprovou um conjunto de medidas com vista a diminuir o peso da burocracia na vida dos cidadãos.



O primeiro-ministro assistiu, quarta-feira, dia 7, à apresentação de cinco incubadoras tecnológicas portuguesas reconhecidas internacionalmente por, por exemplo, produzirem *software* para a NASA ou codificarem os cartões que permitem entrar na Eurodisney.

Finalmente, no dia 8, o António Guterres e o ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, visitaram o Pavilhão do Conhecimento (Parque das Nações), onde foram apresentados alguns projectos inovadores desenvolvidos nos últimos anos, em todo o País, na área da Sociedade da Informação.

Foram apresentados resultados dos projectos «Portugal na Internet (d)escrito pelos seus jovens», um conjunto de conteúdos para a rede produzidos por estudantes, e do programa Acesso, destinado a melhorar a acessibilidade dos cidadãos com necessidades especiais à Sociedade da Informação.

No último dos cinco dias que o Executivo dedicou à Sociedade da Informação, foi igualmente lançado o concurso para a criação de Espaços Internet (com acesso gratuito, fácil e permanente à rede) em todos os municípios.

Construir a nova economia do conhecimento

Na visita de Guterres ao Pavilhão do Conhecimento, espaço onde todos os dias se acede gratuitamente à Internet, preparando o Portugal Digital, o primeiro-ministro falou com responsáveis envolvidos nos vários programas e iniciativas lançados pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia. Num mesmo espaço, estiveram expostos os avanços conseguidos através de

iniciativas como o Cidades Digitais, o UARTE (Unidade de Apoio à Rede Telemática Educativa), o Acesso (Unidade de Apoio para os Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação) e o Programa «Com as minorias». Em jeito de balanço de uma semana dedicada à Sociedade da Informação, o chefe do Governo PS considerou que o papel político que o Executivo deve ter é reconhecer as realidades que existem, possuir vontade de agir sobre elas e definir uma estratégia.

«É necessário ter consciência que está em construção uma nova economia, a do conhecimento, em que este desempenha o papel de principal gerador de riqueza», disse, acrescentando que «dizer que ela é uma ilusão seria um crime para a acção governativa».

Quanto à estratégia que está a ser seguida, Guterres afirmou que é necessário acelerar processos para se vencer atrasos e, em vez de seguir os outros, dar os mesmos saltos e queimar etapas.

Em causa, segundo António Guterres, está a democratização do Portugal Digital, que, alertou, «vai acontecer mesmo sem acção política ou governativa».

No entanto, é preciso impedir que esta esteja apenas acessível para os mais ricos em conhecimento e dinheiro, permitindo, isso sim, a integração de cidadãos.

O primeiro-ministro lembrou, contudo, que a capacidade de acção dos governos é limitada, devendo o Executivo funcionar antes como um catalisador das iniciativas, dando os sinais certos aos mercados e antecipando tendências.

Para que o mercado seja massificado e não de elite, «os operadores devem compreender que é necessário servir a

generalidade das empresas e cidadãos», disse, referindo a necessidade da implementação das tarifas planas de acesso à Internet (*flat rate*).

«Estamos convictos que o mercado vai responder a esses sinais, uma vez que a sociedade portuguesa reflecte uma apetência para se mover neste domínio», afirmou, lembrando a taxa de penetração dos telemóveis em Portugal e a ligação das escolas à Internet.

«O papel do Governo é transformar aquilo que para muitos é um problema em oportunidade e nunca consentir que uma oportunidade se transforme num problema», concluiu.

Na perspectiva do ministro da Ciência e da Tecnologia, a visita de Guterres simbolizou o que só seria possível ver percorrendo milhares de quilómetros e em vários meses de viagem, ou seja, a construção do Portugal Digital.

Mariano Gago realçou a importância do cibercafé do Pavilhão do Conhecimento, um espaço digital completamente gratuito que dispõe de monitores que todos os dias e durante os fins-de-semana atendem, aconselham e indicam como funcionar com os computadores e com a Internet.

«Queremos que este local seja um modelo para os futuros espaços de Internet», continuou, referindo o concurso nacional aberto, na passada quinta-feira, para a criação em todos os municípios do País de espaços digitais públicos, gratuitos e permanentes.

«Temos dois anos de experiência na dinamização de espaços verdadeiramente úteis às populações», disse, mostrando a vontade do Estado em contribuir para a concretização desta iniciativa.



Albufeira

Autarquia aposta na cultura

A aposta na cultura continua. A Câmara Municipal de Albufeira deliberou atribuir 1800 contos de subsídios a dois organismos do concelho.

Um dos organismos contemplados é o Grupo Cénico Quatro Ventos. Este grupo de teatro tem tido uma actividade regular de produções, desde o início da sua actividade e prepara-se para desenvolver várias acções culturais integradas nas comemorações do Dia Mundial do Teatro.



O outro organismo contemplado é a Associação Barmen de Portugal. Situada na Quinta das Palmeiras, esta associação prepara-se para equipar a sede, nomeadamente com móveis para sala de reuniões, para biblioteca, museu e material informático.

Assuntos sociais vão ter novas instalações

A autarquia de Albufeira vai solicitar a diversas empresas a apresentação de propostas tendentes à construção de instalações municipais destinadas aos serviços da Divisão de Assuntos Sociais. O novo espaço municipal ficará situado na Quinta da Palmeira.

Cascais

Pinhal do Junqueiro vai ser totalmente recuperado

O pinhal do Junqueiro, na Parede, começou a ser recuperado como zona de lazer e convívio, beneficiando de obras no valor de 100 mil contos.

A iniciativa, que junto a Câmara de Cascais, o Hospital Ortopédico José de Almeida, a Junta de Freguesia da Parede e o Agrupamento 71 do Corpo Nacional de Escuteiros, deverá estar concluída durante o próximo mês de Maio.

Segundo o vereador do Ambiente, Alexandre Sargento, «os trabalhos estabelecem no pinhal um espaço de convívio onde serão instalados

equipamentos que servirão a população de todas as idades».

A área total de intervenção é de 19.640 metros quadrados, com a recuperação de 15 mil metros quadrados de área verde, onde ficarão instalados um parque infantil, um parque de merendas, bancos, bebedouros, papeleiras, circuito de manutenção e a nova sede do agrupamento 71 dos escuteiros.



A recuperação do pinhal do Junqueiro implicará, de acordo com Alexandre Sargento, «a plantação de 120 novas árvores, 1200 arbustos, a substituição de 50 árvores doentes ou em risco de queda, a plantação de mais de 2000 metros quadrados de área de relvado e um sistema de rega».

«A segurança deste local será também acautelada com a instalação de uma rede de iluminação pública em todo o parque», salientou o autarca.

Recuperar pinhal dos Rotários e mata 25 de Abril

Ainda durante o primeiro trimestre deste ano, a Câmara de Cascais pretende recuperar o pinhal dos Rotários, no Bairro do Rosário, e a mata 25 de Abril, em Carcavelos.

Fafe

Câmara promove ginástica para idosos

A Câmara Municipal de Fafe está a promover duas vezes por semana aulas de ginástica para os idosos do concelho. Assim, todas as semanas, às segundas-feiras, das 9.30 às 10.30 horas, e às sextas-feiras, das 8.30 às 9.30 horas, no pavilhão municipal, decorrem aulas de ginástica para todos os que tenham mais de 65 anos.

Estão inscritos cerca de duas dezenas de idosos de várias instituições do concelho. Com estas aulas de ginástica a edilidade pretende contribuir, por um lado, para a melhoria da qualidade de vida dos mais velhos, através da prática do exercício físico, de forma a que a actividade física se torne um hábito quotidiano, e, por

outro lado, para proporcionar um maior convívio entre os idosos.



Olhão

Câmara investe na renovação da zona histórica

A Câmara de Olhão vai investir cerca de 80 mil contos (400 mil euros) com a segunda fase das obras de renovação da zona histórica da cidade, um projecto que visa a valorização urbanística de toda a área.

As obras - com conclusão prevista para Julho - pretendem dotar aquela parte da cidade com melhores acessos pedonais e revitalizar a circulação automóvel.

O projecto engloba cerca de 40 artérias da zona antiga da cidade, as quais vão ser alvo de uma intervenção que assenta na aplicação de dois novos tipos de pavimento, consoante se trate de ruas de acesso pedonal ou de acesso automóvel. A intervenção, já adjudicada a uma empresa da especialidade, engloba ainda o levantamento e posterior reposição à cota do pavimento de todas as caixas de ramais de água e de esgotos.

As ruas do Pacheco, João dos Santos, Major Caldas, António Lopes, Alexandre Herculano, Sete Cotovels e Carlos da Maia, são algumas das artérias alvo da intervenção.

Sesimbra

Revisto o Plano da Lagoa

A Câmara Municipal de Sesimbra aprovou, por unanimidade, a proposta de revisão do Plano de Urbanização da Lagoa de Albufeira.

Cumprida esta etapa, dá-se por concluído um longo processo, que contou com o empenhamento da edilidade, de várias outras entidades, da equipa de revisão do Plano e, muito especialmente, da população da Lagoa. Segundo o presidente da Câmara, «foi durante o actual mandato que este processo conheceu os desenvolvimentos mais concretos, com a definição clara de

opções, políticas e técnicas, com vista a uma solução global. E este é, porventura, o seu aspecto mais importante, já que contempla, não só o próprio Plano de Revisão, como as infra-estruturas necessárias (rede viária, rede de águas, rede de esgotos), assim como a exequibilidade e financiamento do novo Plano».

De salientar que a proposta teve em conta as especificidades próprias da Lagoa e de toda a sua envolvente.



Sintra

Dia dos Namorados sem carros

Na sequência do Dia Europeu Sem Carros, que teve lugar no dia 22 de Setembro de 2000, a Câmara de Sintra repetiu esta experiência no Dia dos Namorados, 14 de Setembro.



Para que Sintra fosse o local ideal para o namoro sem carros, o município restringiu a circulação automóvel, e para os pares «in love» a autarquia preparou um vasto programa de animação que incluiu o passeio na zona histórica de D. Dinis e a Rainha Santa Isabel; D. Pedro e D. Inês; Carlos da Maia e Maria Eduarda; entre outros.

Os muitos namorados que se deslocaram a Sintra foram ainda presenteados com cestos cheios de doces, postais e balões.

PS EM MOVIMENTO

AÇORES

Deputados impedidos de visitar cadeia

Os deputados açorianos do PS à Assembleia da República viram-se no passado dia 30 de Janeiro impedidos de visitar a cadeia da Horta devido à ausência de qualquer responsável do estabelecimento.

Segundo Medeiros Ferreira, a visita à cadeia ficou inviabilizada a partir da altura em que teve conhecimento que não existia nenhum responsável na ilha que pudesse guiar os parlamentares pelo interior do estabelecimento.

«Temos a firme intenção de voltar quando houver disponibilidade da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais para o efeito», garantiu o parlamentar socialista.

Medeiros Ferreira, Luís Fagundes Duarte e Isabel Barata pretendiam inteirar-se das condições em que vivem os 26 reclusos da cadeia da Horta, com problemas de sobrelotação.

O estabelecimento está dimensionado para acolher 16 detidos, não dispondo de infra-estruturas adequadas para a prática de desporto ou para a ocupação dos tempos livres. Durante a visita ao Faial, os parlamentares socialistas visitaram as obras de ampliação da aerogare do Aeroporto Internacional da Horta, as obras de construção do novo Quartel da PSP, e o Tribunal da Comarca da Horta.

GONDOMAR

PS acusa Câmara de ilegalidades

A Concelhia de Gondomar do PS acusou no dia 8 a maioria laranja na câmara local de várias ilegalidades e irregularidades tendo em vista alegadamente favorecer a implantação do PSD. Em comunicado assinado pelo seu presidente, Alberto Silva, a Concelhia socialista denuncia, designadamente, a «utilização de viaturas e outros meios da câmara para o transporte de "apoiantes"» para o jantar realizado nas instalações municipais da Interforma de apoio à candidatura do PSD à Presidência da República.

Pressão e coacção sobre os trabalhadores municipais

O PS refere-se ainda à alegada «pressão e coacção exercida sobre trabalhadores municipais para participar em acções de propaganda e jantares do PSD, recorrendo aos métodos utilizados no tempo da ditadura» e «compelindo-os de forma intimidatória a filiar-se no PSD, o que constitui uma das práticas mais reacionárias de caciquismo». Acusando a maioria do PSD de pretender transformar a Câmara de Gondomar numa «gaiola de papagaios», o PS «responsabiliza o PSD e os seus agentes pela prática de métodos persecutórios sobre os trabalhadores municipais que dignamente têm resistido a esta forma ilegítima de exercer o poder».

LEIRIA

Comunicado sobre Marcelo Curto

Num comunicado, a Comissão Política Distrital de Leiria do PS refere que «ao ser surpreendida durante a sua reunião de 2 de Fevereiro, com a notícia da morte do camarada Marcelo Curto, interrompeu de imediato os trabalhos, sendo guardado um minuto de silêncio em sua memória».

O PS/Leiria, no comunicado, «exprime a sua admiração pela figura do camarada Marcelo Curto, cuja integridade, militância e altos serviços prestados ao partido e ao País foram importantes para a implantação do regime democrático em Portugal».

Para o PS/Leiria, o desaparecimento do camarada Marcelo Curto deixa um vazio difícil de ocupar, mas o exemplo da sua vida é importante espólio que não deixaremos de honrar, mantendo vivos os ideais por que lutou».

PENHA DE FRANÇA

Voto de pesar por Marcelo Curto

O Secretariado da Secção da Penha de França, reunido no passado dia 7 de Fevereiro, aprovou por unanimidade um voto de pesar pela morte do camarada Marcelo Curto, «fundador do PS, insigne democrata e opositor à ditadura salazarista, militante empenhado da causa do socialismo democrático e dos direitos dos trabalhadores». Na reunião, os membros do Secretariado fizeram ainda uma abordagem das próximas eleições autárquicas e analisaram alguns aspectos relacionados com o próximo Congresso Nacional e o funcionamento da Secção.

Informatização da Secção

Entretanto, a Secção da Penha de França entrou na era das novas tecnologias, com a aquisição de um computador que irá permitir, nomeadamente, uma maior operacionalidade e eficácia no controlo e cobrança das quotas.

SEIXAL

Comunicado da Concelhia

A situação da Siderurgia Nacional (SN) foi objecto de um comunicado da Comissão Política Concelhia do Seixal do PS.

No comunicado, os socialistas do Seixal lembram que «a situação hoje existente na SN Serviços resulta de uma decisão do Governo de Cavaco Silva, que decidiu dividir a Siderurgia em três empresas, privatizando duas delas e programando o encerramento da actual SN S para quando se iniciasse a instalação do forno eléctrico da SN – Longos». «O encerramento do alto forno é, assim, uma obrigação que decorre do compromisso então assumido pelo Governo da altura, em nome do Estado português», referem os socialistas do Seixal, sublinhando estar-se perante uma «inevitabilidade» à qual há que dar cumprimento, «respeitando os valores da justiça social a que o PS e o Governo por si apoiado terão de respeitar».

Neste contexto, o PS/Seixal saúda o resultado já alcançado com a aprovação pela União Europeia da autorização da pré-reforma para os 50 anos.

Medidas de alcance social

O PS/Seixal considera, no entanto, que «existem outras medidas de alcance social que, numa hora difícil para quem deu dezenas de anos de trabalho duro a esta empresa, devem ser assumidas».

Assim, defendem «uma política de criação de soluções e orientação dos casos socialmente mais delicados para uma correcta e plena integração de todos na vida activa».

VALONGO

Comunicado da JS

O Secretariado Concelhio da JS de Valongo repudia num comunicado as afirmações feitas pelo vereador do Desporto em reunião camarária, que Valongo «já não é uma cidade dormitório», o que a JS considera uma «pura ilusão e demagogia». Segundo a JS de Valongo, o referido vereador «terá de estar mais atento às realidades do concelho onde mora», já que «os problemas associados a localidades dormitório são uma realidade deste concelho», como «a falta de espaços verdes, a falta de estacionamento, a falta de espaço para futuros equipamentos colectivos, a diminuição preocupante da qualidade habitacional», entre outros.

PS/BAIXO ALENTEJO

CONVENÇÃO FUNDADORA DO DEPARTAMENTO FEDERATIVO DAS MULHERES SOCIALISTAS

17 de Fevereiro, 15 horas
Delegação Regional de Beja do IPJ

Abertura pelo presidente da Federação, Luís Ameixa

«A organização das mulheres socialistas face aos Estatutos do PS»
Mária de Lurdes Cacito

«A juventude e a participação política»
Laura Fernandes

«O papel da mulher na sociedade, o presente e o futuro»
Mária João George

Debate

Eleição dos órgãos dirigentes
Encerramento

Mária do Carmo Romão

Presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas

ACTUALIDADE

Manuel Alegre

DESCULPEM, ESTOU REVOLTADO



Houve um tempo em que as pessoas podiam dormir tranquilas em suas casas. Agora acordam a meio da noite, põem os pés fora da cama e estão com água pela cintura. Não que não chovesse. Sempre choveu. Não que não houvesse cheias. Sempre houve..

Mas não havia ribeiras entubadas como em Vila Nova de Gaia. Nem obras de regularização porventura mal estudadas, diques mal construídos, cálculos mal feitos, como em Coimbra e no Vale do Mondego. Nem uma ribeira que o Instituto da Água se esqueceu de mandar limpar a jusante e a montante da Lourinhã. Nem a ponte construída em forma de aterro, em Águeda, como oportunamente tive ocasião de alertar em requerimento dirigido ao Governo do PSD em 1994, e outros a Governos do PS em Janeiro e Dezembro de 1996, já depois das cheias do Natal de 1995 que naquele primeiro requerimento eu de certo modo anunciava..

Desculpem, mas estou revoltado.. Os meus pais viram muitas cheias, mas morreram sem ter assistido à danificação da sua casa e à destruição dos estabelecimentos e prédios da sua rua. Gerações e gerações conviveram com as cheias que muitas vezes eram motivo de festa e brincadeira, em Montemor-o-Velho, na Ereira, em Águeda, noutras localidades. Porque é que de repente se transformaram



em tragédia? Foi o clima que mudou, os rios que enlouqueceram?

Não se pode acusar o Estado por ter chovido muito. Mas pode-se responsabilizar Governos e autarquias pela ausência de uma política de ordenamento do território. Por permitirem e não corrigirem obras mal feitas. Por não fazerem outras que deviam, por não limparem nem dessassorearem rios e ribeiras. Pode-se acusá-los de omissão, laxismo e negligência: os campos estão invadidos por cimento e lixo, muitas vezes

nas margens dos rios, frequentemente nas linhas de água. Ninguém deu ouvidos a Gonçalo Ribeiro Telles que repetidamente tem alertado para as consequências da impermeabilização dos solos resultante do pato-bravismo anárquico. Pode-se acusar a auto-suficiência tecnocrática de quem planeia obras megalómanas que, em vez de domesticar, desregulam a natureza e o curso das águas. Ou a ignorância arrogante de quem respondeu ao meu requerimento em 1994 dizendo que «segundo os cálculos,

se houver algum agravamento do nível da cheia, esta será no máximo de mais 40 cm devido à nova estrada e projectar-se-á para montante, enquanto a Baixa de Águeda se situa a jusante do aterro em causa». Menos de um ano depois, não foram 40 cm, foi 1,50 m, não foi a montante, mas a jusante, que é onde fica a minha rua..

Desculpem, mas estou revoltado. Pela casa onde nasci, pelos meus contêrreos, pelo país..

Não basta indemnizar e socorrer as vítimas. Quem garante que da próxima vez não seja ainda pior? Ou se ataca as causas e se corrigem os erros ou as pessoas vão abandonar ruas, estabelecimentos, casas, povoações. Não estão para construir e ver tudo outra vez destruído. Nem para acordar a meio da noite com água pela cintura..

O ministro da Administração Interna reconheceu que é preciso repensar o modelo. O problema é que não há modelo nenhum, o único modelo que há é ganhar dinheiro depressa, há pato-bravismo, licenciamentos duvidosos, omissão, desordenamento. Talvez agora se possa começar a pensar num modelo que compatibilize desenvolvimento com a terra, o ar e a água, como diria o meu amigo Francisco Sousa Tavares..

Talvez alguém resolva finalmente ouvir Ribeiro Telles. Talvez agora o Governo decida agir. Enquanto é tempo.

It-Expresso

CONGRESSO DO PS

Fernando Ka

NA HORA DE TODAS AS DECISÕES

O Partido Socialista não pode continuar a ignorar a presença dos militantes negros com a cidadania portuguesa, os quais têm contribuído para as vitórias eleitorais que atiraram o PS para a situação em que se encontra actualmente. Não pode falar da integração e, ao mesmo tempo, excluir camaradas na base da cor da pele. Considero uma ausência intolerável e uma injustiça em relação aos militantes negros nos órgãos de poder, quer ao nível do aparelho partidário, quer no âmbito das autarquias, sobretudo nas câmaras, e do executivo quanto mais não seja nos gabinetes governamentais, quer no tocante ao Parlamento.

Das duas uma: ou nós militantes negros somos incapazes de ombrear com os camaradas nossos em lugares de visibilidade pública, sendo assim, apresentem-nos prova da nossa incompetência para o efeito, ou querem pura e simplesmente não dar nenhuma chance aos militantes negros, o que viola o princípio de igualdade de oportunidades para todos, um dos lemas que caracterizam

o nosso Partido. O PS deve ser coerente com o princípio que defende lá fora. Aliás, foi um dos subscritores da Carta dos Partidos Políticos Europeus para uma sociedade não racista que deverá assegurar uma justa participação dos militantes, independentemente da sua origem nos diferentes órgãos do Partido e do Estado. Por outro lado, o Partido Socialista foi até hoje o único partido que admite no seu seio estrangeiros residentes no país como militantes, entre os quais os negros. Todavia, não lhes concede nenhuma visibilidade necessária numa sociedade multirracional como é a nossa. O PS não pode fazer o discurso da integração para fora e estar relacionado com diversos partidos da África subsariana a Internacional Socialista e, simultaneamente, adoptar cá dentro política segregacionista e hermética à promoção dos negros.

Mas há que lutar com todo o denodo contra a discriminação e a exclusão reinantes no nosso meio, porque não devem, por uma questão de ética política e de justiça na igualdade de oportunidades para todos,

consentir esse estado de coisas que vai, paulatinamente, minando a confiança mútua entre camaradas de diferentes origens étnicas. Constitui um escândalo nacional não haver um único deputado negro no Parlamento português, órgão de representação por excelência, ou na Câmara como vereador. Porém, há quem tente branquear esse assunto, argumentando, com ligeireza, que existem africanos em lugares de destaque no PS. Pois é verdade. Mas são africanos brancos. E não é isso que se trata aqui e agora e nem tão-pouco tenho nada contra esses nossos irmãos de ascendência europeia, porque não ocupam o espaço a que temos direito no Partido.

Não falta também quem se apresente a tentar tapar «o Sol com a peneira», dizendo, por um lado, que não há muitos militantes negros no Partido e, por outro, deveriam primeiro «crescer» para depois aparecer, como se estes pressupostos enunciados fossem condições indispensáveis para a nossa plena integração partidária. Esta é mais uma das teorias, à semelhança de outras tantas outrora nos Estados Unidos, que serviram apenas para afastar os negros

do poder.

A necessidade da visibilidade dos negros nos órgãos do Partido e de poder ao nível do país, não pode ser aferida pela expressão numérica de uma filiação partidária ou pela sua organização, mas sim por aquilo que representam no âmbito nacional. A população negra deste país é muito superior à de muitos distritos que têm representação parlamentar, além de estar a contribuir com o seu trabalho e os impostos para o engrandecimento de Portugal, e muitos deram a vida em defesa da Pátria. E Portugal não pode ser só para alguns iguais a si mesmos.

Eis chegado o momento para se fazer justiça no seio do Partido em relação aos cidadãos portugueses negros militantes socialistas. Isto é, o Congresso está à vista e nós negros não vamos aceitar ficar à porta do mesmo e eternos ausentes das grandes decisões e excluídos como sempre dos órgãos nacionais do Partido. Uma coisa é certa: não queremos ser admitidos no Partido apenas pela cor da pele, mas sim pela diferença e o reconhecimento dos nossos méritos. É nada mais.

DISCURSO

Jorge Sampaio



UM MUNDO COM DESIGUALDADES CHOCANTES

Esta é a primeira ocasião em que me é dado, depois da eleição presidencial, pronunciar-me sobre temas de política internacional. Por isso, mais do que passar em revista os acontecimentos do ano transacto, quero aproveitá-la para, perante vós, que representais em Portugal a Comunidade Internacional, destacar alguns desafios que me parecem prioritários para o nosso dever colectivo.

Entramos no futuro, anunciado por este novo milénio, sob o signo da globalização. Ao longo da década de 90, a globalização foi celebrada, por vezes em tom de euforia, como advento de uma nova época de paz e prosperidade, sob a égide da economia de mercado e da democracia. Essa visão demasiado optimista da globalização tem sido crescentemente contestada. Nos últimos tempos, as vozes críticas subiram de tom e aprofundou-se a consciência dos desafios com que a Comunidade Internacional se confronta.

Pela minha parte, embora tendo presente que a globalização corresponde a um processo imparável de modernização e de mudança, sempre considerei que, a par das oportunidades que inegavelmente oferece, ela também envolve riscos para os quais nunca deixei de alertar.

Não sofre contestação que o crescimento das trocas comerciais, o acesso mais fácil ao capital proporcionado pela liberalização dos mercados, o avanço vertiginoso das novas tecnologias de informação e comunicação, o desenvolvimento da ciência, a disseminação dos valores da democracia e do respeito pelos direitos humanos devem constituir vias irrecusáveis de progresso e factores de esperança para o futuro da humanidade.

Não podemos, todavia, ignorar que existem outras facetas, menos positivas, da globalização, que constituem desafios para a Comunidade Internacional no seu conjunto. Refiro-me a uma série de questões que a todos afectam mas que nenhum Estado pode, individualmente, resolver e que, talvez por isso, se vêm de ano para ano agravando, sem que para elas se vislumbre verdadeira solução.

Quero focar quatro em particular: a exclusão económica, social e cultural derivada da crescente desigualdade entre nações e entre indivíduos, os problemas de saúde pública, as agressões contra o ambiente e o aumento da criminalidade organizada.

Quanto à primeira, não podemos deixar de ter presente a situação em que se encontram milhões de seres humanos, excluídos dos benefícios do desenvolvimento e dos avanços do conhecimento, vivendo sem horizonte de esperança, postos diariamente perante o contraste entre as suas dramáticas carências e as imagens de abundância que



lhes chegam pela televisão.

Vivemos num mundo em que o fosso entre ricos e pobres não pára de se cavar. A extrema pobreza e o crescimento chocante das desigualdades são problemas para todos nós; não apenas por imperativo moral, mas por todo o cortejo de consequências que acarretam, por exemplo, nos domínios da saúde, da educação, da violência urbana, das migrações e da conflitualidade. Estima-se que 3 mil milhões de pessoas, quase metade da população mundial, vive com rendimentos equivalentes a dois dólares por dia. As tendências demográficas tão pouco favorecem o combate à pobreza. Todos os anos cresce, embora a uma ritmo cada vez mais lento, a população no nosso planeta. Somos já mais de seis mil milhões de pessoas. Estima-se que, dentro de 15 anos, seremos mais de sete mil milhões. 95 por cento deste aumento ocorrerá nos países em vias de desenvolvimento e a maior parte dele em zonas urbanas.

Urge concentrar esforços para aliviar a pobreza e promover a igualdade de oportunidades. Não haja ilusões. O resultado desse combate depende, no essencial, do esforço e da competência de cada Governo. Mas a Comunidade Internacional tem o dever de, solidária e empenhadamente, participar. Acelerando o perdão da dívida; alargando a abertura dos mercados aos produtos dos países em vias de desenvolvimento, encorajando a boa governação, concentrando a sua cooperação nos domínios-chave da educação, da formação profissional e da saúde.

Refiro-me, em segundo lugar, à saúde pública global e, em particular, às

epidemias de doenças infecto-contagiosas – designadamente a sida, a tuberculose e a malária – causa de um quarto das mortes no mundo.

Só em África, para citar o caso mais grave, são já mais de 25 milhões de pessoas contaminadas pelo vírus da sida, a maior parte delas na força da vida. Por detrás da frieza dos números, esconde-se uma enorme tragédia humana, com consequências incalculáveis nos domínios político, económico e social. Em alguns dos países africanos mais atingidos, apesar de uma alta taxa de natalidade, prevê-se que a população diminua nos próximos 15 anos. Como tratar dos doentes? Como cuidar dos órfãos? Como reorganizar sociedades dizimadas pela perda de boa parte da sua força de trabalho?

Também aqui a responsabilidade primeira cabe aos Governos nacionais. A experiência mostra que os países que conduziram vigorosas campanhas de prevenção têm conseguido baixar a taxa de novas infecções. É prioritário intensificar estes esforços. Mas não chega. É preciso que os meios terapêuticos já existentes possam chegar aos doentes, a preços mais acessíveis. No domínio científico, é necessário atribuir máxima prioridade à descoberta de novas vacinas contra estes terríveis flagelos. Lanço daqui um apelo: que a ciência, em articulação com a indústria, ponha o seu saber ao serviço deste objectivo e que, através de um esforço concertado, a nível internacional, sejam desenvolvidos, com urgência, novos meios de combate contra estas doenças. Em terceiro lugar, refiro a necessidade de proteger o ambiente para as gerações vindouras. Muitos são os perigos que

podem, neste domínio, ser invocados.

O aquecimento global é um fenómeno comprovado, que já não é lícito pôr em dúvida. É da maior importância que, em Maio próximo, na Conferência de Bona, seja possível superar as dificuldades que impediram o sucesso da Conferência de Haia e alcançar um acordo que permita a entrada em vigor do Protocolo de Quioto, iniciando-se assim o longo caminho de redução dos gases de estufa, que estão a alterar os frágeis e complexos equilíbrios do clima planetário, com consequências imprevisíveis para a vida humana.

Outras questões ecológicas merecem a maior atenção, como a crescente escassez e contaminação dos recursos hídricos: a água é um bem limitado e, cada vez mais, precioso, que importa proteger nos vários níveis de intervenção – nacional, regional e internacional – para evitar que se torne fonte de melindrosos confrontos, tensões e dificuldades. Recordem-se, ainda, pela necessidade de lhes dar uma resposta articulada, os problemas conexos da sobreutilização dos solos, da desertificação, do êxodo para as cidades e do crescimento descontrolado de gigantescas megalópolises.

O último desafio que quero hoje abordar é o combate ao crime organizado.

Ao abrigo da liberdade de movimentos de bens, serviços e capitais, e servida pelos novos instrumentos de comunicação, desenvolve-se, a nível internacional, a criminalidade organizada e a lavagem de dinheiro, que promovem a corrupção e minam o Estado de Direito e a democracia. Para além do tráfico ilegal de estupefacientes e de armas, um outro tipo

Continua na página seguinte

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Continua na página seguinte

de tráfico, ainda mais sinistro, tem vindo a ganhar relevo: o de seres humanos. Destinos privilegiados de imigração, os países da União Europeia devem concertar as suas políticas neste domínio, para combater a imigração ilegal e a inaceitável exploração de seres humanos que lhe está associada, caminhando no sentido de uma política de imigração contratualizada, que assegure condições de vida dignas aos que buscam nos nossos países melhores oportunidades.

Como lidar, de forma consequente, com estes desafios? Não podemos pensar que os mecanismos do mercado e o progresso da ciência serão suficientes, só por si, para os vencer. Será necessário, também agir politicamente, ao nível nacional e internacional, para atacar este conjunto de problemas, cada um deles grave em si mesmo, e mais graves ainda por se reforçarem mutuamente. As soluções passarão sempre, de forma predominante, pela acção dos Estados, pela competência que mostrarem na resolução dos problemas dos seus cidadãos no plano interno e pela gestão que fizerem da interdependência, no domínio internacional.

A gestão da interdependência não passa apenas pelo reforço das instâncias multilaterais de vocação global – as Nações Unidas e as suas agências especializadas, a Organização Mundial do Comércio – que fornecem o enquadramento no qual podem ser dirimidos, através do diálogo, os conflitos de interesse e podem progressivamente surgir e afirmar-se objectivos partilhados por toda a comunidade internacional.

Passa, também, pelo reforço e pelo progressivo alargamento das instituições de integração regional, não apenas na Europa, mas também na Ásia, na América Latina e em outras regiões do globo.

Passa, inevitavelmente, pela mobilização da sociedade civil. Neste domínio, as ONG têm desempenhado um papel muitas vezes pioneiro na identificação de novos problemas e realizado uma acção meritória que é justo realçar. Importa também, cada vez mais, exigir às grandes empresas multinacionais que assumam a sua quota-parte de responsabilidade social, no combate pela resolução dos problemas globais, por exemplo, da saúde e do ambiente. É ainda de assinalar o papel dos órgãos de comunicação social na tomada de consciência destes novos desafios.

Passa, fundamentalmente, pela afirmação de um conjunto de valores, que devem constituir a base da organização política do nosso mundo – o respeito pelos direitos humanos, a democracia, a solidariedade. Porque só governos que respondem perante os seus cidadãos terão sempre presente o interesse público e só regimes abertos e atentos às necessidades e expectativas das populações terão capacidade para mobilizar as energias necessárias para vencer os desafios do século XXI.

Há que reconhecê-lo: o interesse nacional já não pode hoje ser separado do interesse global. Qualquer princípio de solução dos problemas de índole global começa pelo sentimento de co-responsabilização.



Portugal está disposto a assumir a sua parte, na medida das possibilidades ao seu alcance.

Temos de saber pensar em novas formas de organização para a Comunidade Internacional do século XXI, tendo presente, naturalmente, o caminho já percorrido até aqui. Por estarem assentes em valores partilhados, as estruturas institucionais criadas na comunidade euro-atlântica, de que são exemplo, entre outras, a Aliança Atlântica, a União Europeia, o Conselho da Europa e a própria OSCE, sobreviveram ao fim da Guerra-Fria e continuam a demonstrar uma notável capacidade de adaptação e atracção.

O grande desafio que temos pela frente é a integração não apenas das novas democracias da Europa Central e Oriental, mas também a inserção da Rússia e da Ucrânia numa ampla zona de paz, prosperidade e cooperação euro-atlântica, sob a égide da democracia e dos direitos humanos, no respeito pela soberania de cada um dos Estados que a compõem.

Na última década foram dados passos importantes nesse sentido. Temos agora de os consolidar e completar. Nesta grande tarefa, todas as estruturas institucionais da comunidade euro-atlântica têm um papel relevante a desempenhar. Por ser de todas a mais abrangente, permitam-me que refira, em particular, a OSCE, de que assumiremos, no próximo ano, a presidência.

O eixo fundamental da política externa portuguesa continua a ser a participação nessa comunidade. No plano da defesa, continuamos firmemente ancorados na Aliança Atlântica, ao mesmo tempo que damos uma contribuição activa para o reforço da capacidade militar da União Europeia. Como membros responsáveis da Comunidade Internacional, temos vindo a aumentar a nossa presença nas forças de manutenção de paz em operações sob a égide da ONU, destacando-se pelo seu peso a nossa presença em Timor.

No âmbito da União Europeia, que desempenha, em todo este processo, um papel central, continuamos plenamente empenhados em nos manter na primeira linha do processo de integração, certos de

que essa é a forma de defender o interesse nacional. Queremos uma Europa mais coesa e forte, aberta a parcerias com outras regiões, capaz de integrar novos membros sem se diluir, ambiciosa nos seus projectos mas respeitadora da identidade e da autonomia de cada um dos seus Estados-membros.

Concluiu-se o ano passado, na cimeira de Nice, uma longa negociação que visava preparar a União Europeia para o grande desígnio do alargamento. Regozijo-me por ter assim ficado aberto o caminho para a entrada de novos membros na União Europeia, que esperamos estejam em condições de participar, como membros de pleno direito, na próxima Conferência Intergovernamental prevista para 2004.

Apesar de todas as dificuldades, foi possível, em Nice, alcançar um compromisso razoável que garante a todos os Estados-membros um nível aceitável de representação no processo de tomada de decisão. Importa agora unir os nossos esforços para vencer os importantes desafios que a agenda comunitária nos reserva para os próximos anos: em primeiro lugar o alargamento, mas também a introdução da moeda euro, a coesão económica e social, a reforma da Política Agrícola Comum e a definição das perspectivas financeiras da União a partir de 2006.

A próxima revisão dos tratados, prevista para 2004, constituirá uma ocasião para o maior importância para, no quadro de uma União alargada, re-equacionar os equilíbrios institucionais, clarificar a divisão de competências entre órgãos comunitários e Estados nacionais e consolidar o conceito de cidadania europeia. A preparação dessa Conferência deve ser ocasião para um amplo debate sobre o futuro da construção europeia, que deve mobilizar todos os cidadãos e responsáveis políticos nos Estados-membros da União. Não existem fórmulas, determinantes à partida, para definir um modelo político que, desde a primeira hora, foi original e se mantém em permanente evolução. No domínio das propostas para o nosso futuro comum, estamos todos em igualdade de circunstâncias. O que importa

é prosseguir, num quadro de solidariedade paridade, o caminho de progresso iniciado por Monnet e Schumann.

No âmbito da lusofonia, continuamos apostados no reforço da CPLP e das nossas relações bilaterais com todos os seus membros. Permitam-me que faça referência específica ao caso de Angola, para exprimir ao povo angolano a minha esperança de uma paz que não demore e permita o seu progresso e desenvolvimento. E, também, ao caso de Timor, que esperamos brevemente acolher, como membro de pleno direito, na nossa Comunidade. Deixo aqui uma palavra de confiança na capacidade dos timorenses para, em colaboração com as Nações Unidas, construírem um novo Estado, independente e democrático.

Antes de terminar, devo mencionar alguns acontecimentos particularmente marcantes da vida política internacional do ano transacto.

Lastimo a continuação e, em alguns casos, o agravamento de alguns conflitos que marcam infelizmente o quotidiano internacional. Compreenderão que refira, em particular, o trágico retrocesso que se verificou no processo de paz do Médio Oriente, após um processo negociado que nunca, como em Camp David, esteve tão próximo do sucesso.

Regozijo-me com duas importantes vitórias da democracia. Na Jugoslávia, a queda de Milosevic permite-nos encetar com nova esperança o futuro da região dos Balcãs. No México, o funcionamento da alternância, com a eleição do Presidente Vicente Fox constitui um sinal muito encorajador da implantação, cada vez mais sólida, da democracia na América Latina.

Foi eleito, no ano transacto, um novo Presidente dos Estados Unidos da América. Trata-se sempre de um acontecimento marcante, dadas as grandes responsabilidades dos Estados Unidos na cena internacional. Sem o seu empenhado contributo, não será possível resolver as grandes questões de âmbito global que a todos nos preocupam. Estou seguro que os Estados Unidos, nosso aliado, se manterão fiéis aos princípios do multilateralismo, que tanto contribuíram para formar, prosseguindo, com a Europa, uma parceria que desejamos cada vez mais equilibrada.

Para terminar, quero transmitir, por vosso intermédio, os meus sinceros votos de que o ano agora iniciado seja de paz e de progresso e portador de uma nova esperança para o futuro da humanidade. Peço especialmente aos embaixadores dos países que tive o prazer e a honra de visitar no ano passado que transmitam os meus sinceros agradecimentos a Suas Excelências os Presidentes da Roménia, de São Tomé e Príncipe, de Moçambique, do Brasil e do Panamá pela forma tão cordial como me acolheram. E a Vossa Excelência Reverendíssima, peço que transmita uma palavra especial de agradecimento ao Santo Padre, que, no Ano Jubilar, de tão profundo significado para a Igreja, nos honrou com a sua visita, de que guardo grata recordação.

Discurso do Presidente da República na cerimónia de apresentação de cumprimentos de Ano Novo pelo Corpo Diplomático acreditado em Lisboa.



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Feira em Abrantes

A edição de 2001 da Feira de São Matias arranca amanhã, prolongando-se até 6 de Março, num palco escolhido na zona adjacente ao Centro Coordenador de Transportes.

Colóquio em Albufeira

A Câmara Municipal e a Escola Secundária agendaram para a segunda-feira, dia 19, um colóquio subordinado ao tema «O Olimpismo». Com início marcado para as 9 e 30, no Auditório Municipal, o evento contará com a participação de diversos atletas ligados ao desporto de alta competição, que debaterão assuntos como a «Experiência Olímpica», o «Desporto de Alto Rendimento/Saúde», o «Desporto de Alta Competição/Verdade Desportiva», «Imprensa e Desporto» e «Desporto para Deficientes».

Conferência em Amarante

Em mais um acto de homenagem ao romancista, poeta amarantino, a autarquia local promove, sábado, pelas 21 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, uma conferência intitulada «A ficção em Alexandre Pinheiro Torres», na qual será orador Carlos Ceia.

Coro em Coimbra

O Coro D. Pedro de Cristo actua, na próxima quarta-feira, dia 21, às 21 e 30, na Casa Municipal da Cultura. Manuel Cardoso expõe os seus trabalhos de pintura mais recentes, no mesmo espaço cultural, até ao dia 4 de Março.

Música em Fafe

A Orquestra do Norte traz à cidade um conjunto de solistas para a realização de concertos. Amanhã, no Estúdio Fénix, a partir das 21 e 30, poderá ver e ouvir Gil Magalhães (flauta), Carlos Jorge Ferreira (clarinete), Salvador Jorge (oboé), Anani Donev (fagote) e Roberto Sousa (trompa).

Teatro em Faro

A sala de exposições temporárias do Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique acolhe, a partir de hoje e até ao dia 1 de Março, a mostra itinerante «Geração de 90», uma exposição organizada no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Arquitectura. A autarquia farense leva ao palco do Conservatório Regional do Algarve a peça «O homem do Acaso», de Yasmina Reza. O espectáculo, a cargo do Grupo de Teatro do Tejo, realiza-se no dia 19, pelas 21 e 30.

Amália em Ferreira do Alentejo

Até ao dia 10 de Março, visite, no Espaço Museológico Municipal, a mostra fotográfica de Amália Rodrigues. A exposição encontra-se aberta de segunda a sexta-feira, entre as 9 horas e as 12 e 30 e das 14 horas às 17 e 30.

Dança em Lisboa

Após o enorme sucesso alcançado pela primeira visita da companhia Momix a Portugal, com a apresentação do espectáculo «Passion», o regresso esperado deste grupo é marcado pela exibição de «Supermomix», uma antologia dos melhores momentos dos Momix e que estará no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém, a partir da terça-feira, dia 20 e até ao dia 25, às 21 e 30.

Caça e pesca na Lousã

«Um sogro do pior» é a comédia romântica, com Robert De Niro, que será exibida no dia 16, pelas 20 e 30, no Cine-Teatro. A partir de amanhã e durante este fim-de-semana realiza-se a II Mostra de Caça e Pesca da Lousã, no Parque Municipal de Exposições. A exposição documental «Um Século de Factos na Lousã» espera por si, até ao dia 31 de Março, no átrio da Biblioteca Municipal.

Concerto em Macedo de Cavaleiros

No âmbito da agenda cultural de Inverno deste município, realiza-se, este sábado, dia 17, pelas 21 e 30, um concerto com Rão Kyao – «Fado Bailado» –, no Auditório do Instituto Superior Piaget.

Natividade em Paredes de Coura

Se ainda não teve oportunidade de visitar a cidade e ver a exposição de Arte Sacra «Natividade 2000», saiba que, até 4 de Março, estará a tempo de o fazer.

Conto em Santo Tirso

Hoje, às 16 horas, no Auditório, exhibe-se o filme de animação falado em português «Os Sapatos Mágicos». Na próxima terça-feira, dia 20, pelas 15 horas, a Sala do Conto acolherá a leitura da história «Como se faz cor-de-laranja», de António Torrado.

Livro em Sintra

A autarquia sintrense vai lançar o livro de João Rodil, «Sintra na Obra de Eça de Queirós», no sábado, dia 17, às 12 horas, no Lawrence's Hotel. Sendo apresentada por Campos Matos, trata-se da segunda edição desta obra, revista e aumentada, e que constitui um trabalho de fôlego do autor, elaborado sobretudo para fruição de estudantes e professores. O lançamento do livro será antecedido de um «Roteiro Queirosiano» a iniciar às 10 horas, no Palácio Valenças. A Galeria Municipal de Fiteiros inaugura duas exposições de pintura, amanhã, às 21 horas. Trata-se de «Margem Esquerda», de José Cascada, no primeiro piso, e «As cores de fim-de-semana», de André Kano, no segundo andar. Ambas mostras permanecerão patentes ao público até ao dia 11 de Março, podendo ser visitadas de quarta-feira a domingo, das 14 às 20 horas.

Escultura em Vila Real de Santo António

O monólogo teatral «Sexo, Drogas e Rock n' Roll», de Eric Bogosian, será representada pelo actor Diogo Infante, amanhã, a partir das 22 horas, no Centro Cultural António Aleixo. No mesmo dia e local será inaugurada, às 18 horas, a mostra colectiva de escultura «Trilogia da Guerra», de Pinto da Silva e Daniel Vieira. O Glória Futebol Clube exhibe, a partir de amanhã e durante o fim-de-semana, o filme «Um Sogro do Pior», em sessões agendadas sempre para as 21 e 30.



Eric Clapton
Doyle Bramhall – 1ª Parte
20 de Fevereiro, 21 Horas
PAVILHÃO ATLÂNTICO
Parque das Nações

SUGESTÃO

Fantasporto 2001

A interpretação da obra de Berlioz «Sinfonia Fantástica» marca o arranque da 21ª edição do Festival Internacional de Cinema do Porto – Fantasporto.

Na gala de abertura do «Fantas», agendada para Sábado, dia 17, às 22 horas, no Coliseu do Porto, a Orquestra Nacional do Porto apresentar-se-á sob a direcção do maestro francês Frederic Chaslan.

A antestreia nacional dos filmes do programa «Histórias de Duas Cidades» – Porto e Roterão – vai também ocorrer durante a sessão inaugural do festival. Este ano, o Fantasporto, que se prolongará até 6 de Março, decorrerá em três salas de espectáculos da cidade, nomeadamente duas no Rivoli Teatro Municipal e uma no multiplex do Arrábida Shopping, em Vila Nova de Gaia.

Esta 21ª edição do «Fantas», módulo de abertura do sector de audiovisual da Porto 2001 (Odisseia das Imagens), inclui dezenas de antestreias absolutas em Portugal, assim como alguns filmes fantásticos e de terror oriundos do México, Nova Zelândia, Estados Unidos, Coreia, França e Finlândia, entre outros. Pela primeira vez em 20 anos de história, o Fantasporto promove um concurso de *videoclips* fantásticos que visa distinguir a estética própria deste tipo de produção artística.

Paralelamente ao concurso serão promovidos vários *workshops* para debater a realidade dos *videoclips* enquanto criadores de tendências e ideias capazes de formar visualmente gerações inteiras.

POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

Urgentemente

É urgente o amor.
É urgente um barco no mar.

É urgente destruir certas palavras,
ódio, solidão e crueldade,
alguns lamentos,
muitas espadas.

É urgente inventar alegria,
multiplicar os beijos, as searas,
é urgente descobrir rosas e rios
e manhãs claras.

Cai o silêncio nos ombros e a luz
impura, até doer.
É urgente o amor, é urgente
permanecer.

Eugénio Andrade

In «As palavras interditas»



O PAI DO MONSTRO VOLTA A ATACAR

É tudo uma questão de tempo, ou melhor, de paciência.

De quando em quando, regular como o mais regular dos pêndulos, o prof. volta a atacar.

O discurso é sempre o mesmo: desregulação da despesa, abrandamento do crescimento, ausência de vontade reformista, falta de transparência da actividade do Estado, consumismo e endividamento, visão de curto prazo e ausência de estratégia para o futuro. Tudo isto é servido sempre da mesma forma: eu é que sei (por isso sou professor) eu é que fiz, depois de mim é (foi) o caos e (porque não?) todos esperam, de braços abertos, o meu regresso.

Nos intervalos das suas aparições, o «mito» nunca se esquece, porque uma corte bem nutrida dos seus sacerdotes, se encarrega (embora com menos qualidade) de repisar a recorrente nova.

Safa (onde é que já o ouvimos?) que isto decididamente já cansa.

O que está morto, enterrado está. Ora o cavaquismo, enquanto método de intervenção política e estratégia de governação, está bem morto e sobretudo bem enterrado.

Enterraram-no uma boa dezena de eleições realizadas depois de Outubro de 1995 e não o desmente o resultado das mais recentes consultas ao eleitorado.

É evidente que só uma pequena minoria de Panglossianos afirmará que vivemos no melhor dos mundos.

Há muita coisa a fazer na sociedade portuguesa. Desde logo a introdução de factores criadores e sustentadores de uma maior justiça social. E por isso defender que os detentores de maiores

rendimentos não devem ser agravados com a reafectação da carga fiscal (ou seja do esforço que é obrigação de todos, para a concretização da actividade pública) é chocante, é uma imoralidade e é também uma opção técnica errada e prejudicial.

É chocante porque é preferida numa sociedade onde boa parte da população bordejia níveis de rendimento apenas satisfatórios ou mesmo insuficientes.

É uma imoralidade porque é afirmada numa sociedade onde (como o demonstram dados estatísticos de consumo recentes) se gasta o equivalente a dois salários mínimos nacionais com um simples par de sapatos.

É um erro técnico porque parte do pressuposto que, na nossa estrutura social, os rendimentos «poupados» a uma maior tributação, se orientariam preferentemente para a criação de riqueza, em vez de se dissiparem na compra de carros de luxo, de habitações paradisíacas, e de «bibelots» sem qualquer utilidade.

Mas é sobretudo uma imoralidade quando é defendido e afirmado pelo responsável pelos Governos da Nação entre 1985 e 1995.

A herança do cavaquismo é a herança do impasse nas opções estratégicas de desenvolvimento, da acentuação das desigualdades sociais, do crescimento tentacular e irracional do Estado, do divórcio entre o cidadão e a actividade pública, da criação de uma reserva de fugitivos ao fisco que representa cerca de 25% da riqueza nacional.

Reconstruir, com esta base, um sistema diferente não é fácil, mas, sobretudo, não é realizável a curto prazo.

Sucedo que, felizmente, todos temos a possibilidade de comparar períodos

relativamente próximos da governação. Como estávamos em 1995?

Qual era o nosso nível de inflação? Qual era a taxa de desenvolvimento no País?

Que percentagem representava o rendimento nacional por habitante relativamente à média europeia?

Que tipo de infra-estruturas e acessibilidades usufruíamos?

Qual era a média de crescimento anual da nossa economia?

Que apoio era dado aos sistemas de Governo regional ou local, aos sistemas responsáveis pelas políticas sectoriais no domínio social?

Qual era progressão dos salários e sobretudo como era a evolução da despesa pública (o tal Monstro)?

Como estão todos estes indicadores no ano da graça de 2000? Inequivocamente, todos, melhor!!!

É por isso inexplicável e sobretudo intolerável ouvir as «lições», moralistas do conhecido professor.

Pêndulo por pêndulo, prefiro preocupar-me com o pêndulo de Foucault (mas isso são contas de outro rosário que o prof. não compreende) ou com o pêndulo de Schumpeter, que com o duplo e o triplo pêndulos, tratados pelo Francisco Louçã nas Coisas da Mecânica Misteriosa (a dinâmica das oscilações na economia) já estão mais ao alcance do docente que aqui se revela escravo do mercado e da sua mão invisível.

Por isso dá pena assistir aos patéticos esforços do prof. Cavaco Silva, o verdadeiro pai do Monstro, para se manter à tona na ribalta da actividade política e no palco de influências do glorificado poder.

«Não bastam o mercado e a Internet para Portugal superar o atraso de dezenas de anos que o afasta da média comunitária (PIB per capita em paridade de poder de compra) ou para tirar a maior parte dos povos de África, da Ásia, da América Latina do subdesenvolvimento»

Fernando Pereira Marques
Revista «Finistera»

«O fundamentalismo neoliberal, fomentado pelos interesses dominantes cada vez mais concentrados, pretende como que criar uma situação de bloqueio dogmático no que se refere às alternativas políticas e às representações ideológicas»

Idem, ibidem

«(Cheias) Não basta indemnizar e socorrer. Quem garante que da próxima vez não seja pior?»

Manuel Alegre
Expresso, 10 de Fevereiro

«Ninguém deu ouvidos a Gonçalo Ribeiro Telles que repetidamente tem alertado para as consequências da impermeabilização dos solos resultante do pato-bravismo anárquico»

Idem, ibidem

«Talvez alguém resolva finalmente ouvir Ribeiro Telles. Talvez agora o Governo decida agir. Enquanto é tempo»

Idem, ibidem

«Sejam quais forem os excessos e os desconchavos de Porto Alegre, o futuro da esquerda pensa-se a partir daquele lugar»

Eduardo Prado Coelho
Público, 2 de Fevereiro

Ficha Técnica

Ação Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director

Fernando de Sousa

Director-adjunto

José Manuel Viegas

Redacção

J.C. Castelo Branco

Mary Rodrigues

Colaboração

Rui Perdigão

Secretariado

Sandra Anjos

Paginação electrónica

Francisco Sandoval

Edição electrónica

Joaquim Soares

José Raimundo

Francisco Sandoval

Redacção

Avenida das Descobertas 17

Restelo - 1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

Administração e Expedição

Avenida das Descobertas 17

Restelo - 1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA

Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e

Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista,

Rua Táscoa 4º, Massamá, 2745 Queluz

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

